



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - IH
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA - GEA

JÉSSICA MENDES MIRANDA

**INFRAESTRUTURA E QUALIDADE DE VIDA: O CASO DA CHÁCARA SANTA
LUZIA – CIDADE ESTRUTURAL – DF**

Brasília, 2016.



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - IH
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA - GEA

JÉSSICA MENDES MIRANDA

**INFRAESTRUTURA E QUALIDADE DE VIDA: O CASO DA CHÁCARA SANTA
LUZIA – CIDADE ESTRUTURAL – DF**

Monografia apresentada ao Departamento de Geografia da Universidade de Brasília, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Geografia, sob orientação do Prof. Dr. Everaldo Batista da Costa.

Brasília, 2016.

JÉSSICA MENDES MIRANDA

INFRAESTRUTURA E QUALIDADE DE VIDA: O CASO DA CHÁCARA SANTA
LUZIA – CIDADE ESTRUTURAL – DF

Monografia apresentada ao Departamento de Geografia da Universidade de Brasília, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Geografia.

Data da aprovação: __ de dezembro de 2016.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Everaldo Batista da Costa (Orientador) – GEA/UnB

Prof. Msa. Rúbia de Paula Rúbio (Co-orientadora) – GEA/UnB

Prof. Dra. Marília Luiza Peluso – GEA/UnB

Prof. Dr. Fernando Luíz Araújo Sobrinho – GEA/UnB

Prof. Me. Rafael Fabrício de Oliveira – IF/SP

Brasília, 14 de dezembro de 2016.

Ao meu irmãozinho Rafael Mendes Miranda (in memoriam). Está sempre em meus pensamentos e coração, amo você.

Mãe, esse trabalho também é resultado do seu esforço. Te amo.

AGRADECIMENTOS

Muito importante lembrar e agradecer todas as pessoas que convivi nesses anos de graduação, inclusive agradecer as pessoas que permaneceram em minha vida mesmo com vários altos e baixos decorrentes desse último semestre.

Gostaria de agradecer primeiramente a minha mãe maravilhosa Vera Lucimar da Silva Mendes, que nunca mediu esforços para que todos os seus filhos estudassem e trilhassem o caminho que desejassem, mesmo que fosse um curso que não nos proporcionaria ficar milionários (risos). Uma mulher forte e batalhadora que nunca deixou de estudar também.

Devo agradecimentos também às minhas duas irmãs Jaqueline Mendes Miranda e Samara Mendes de Almeida que de maneiras diferentes, mas únicas, me proporcionaram um enorme aprendizado sobre a vida e o cotidiano.

Um agradecimento mais que especial para a florzinha do meu jardim Márcia Nascimento da Silva, por me aturar em todos os momentos até nos que me encontro na mais profunda chatice, agradecer por contribuir significativamente na minha vida pessoal e acadêmica. Ela também se dedicou a esse trabalho indo a campo comigo várias vezes e debatendo comigo sobre diversos assuntos. Você é muito importante pra mim.

Gostaria de agradecer a todos os professores que me aproximei durante a graduação, são eles: Professora Helen Gurgel que nos primeiros semestres me acolheu como sua monitora e também como integrante de seu laboratório, Professora Ruth Laranja (minha orientadora de Projeto de Extensão) que nunca mediu esforços para ajudar os alunos a crescerem academicamente e pessoalmente; agradeço ao professor Breno que me acolheu em sua sala de aula para que eu realizasse as atividades de Estágio Supervisionado, me mostrando que ser professor tem lá suas vantagens; um agradecimento especial ao meu orientador de monografia e PIBIC Professor Everaldo Batista da Costa, agradeço pelo compromisso, pela paciência dedicada a mim e a esta monografia, agradeço pelo conhecimento e exemplo adquirido nesse tempo, que não se limitam a academia, fazendo de mim uma pessoa mais crítica. Não posso deixar de agradecer à Rúbia Rúbio que aceitou co-orientar este trabalho, agradeço a

paciência e o compromisso em contribuir com o meu trabalho... À vocês, meu muito obrigado.

Importante lembrar a importância dos meus amigos: Jonatas Eduardo, Suzane Moraes pelo companheirismo, Ezio Santos por ter sido tão presente principalmente nesses dias de conclusão da monografia, Carlos Henrique, Caroline Silveira, Mônica de Jesus que me ajudou muito com diálogos intermináveis sobre a formatação adequada e tradução do meu resumo, Carolina Dracz que sempre me visitava e me proporcionava várias horas de prosa, mesmo que há vários quilômetros de distância, Danielle Miranda, Diogo Nunes, Felipe Wunder, Izabella Barreiro e Fernando.

Muito obrigada também à banca examinadora composta por Profa. Dra. Marília Peluso, Prof. Dr. Fernando Sobrinho, Prof. Me. Rafael Fabrício pelo aceite do convite e pelas contribuições.

Agradeço ainda a todos que me conferiram oportunidade para pesquisar, principalmente no IBAMA: Werner Gonçalves, Rodrigo Antônio, Daniel, Cláudia e Guilherme Vendramini.

Não poderia deixar de agradecer a todos os moradores da Cidade Estrutural que pararam por um tempinho o que estavam fazendo para responder às minhas perguntas.

RESUMO

O trabalho busca compreender como se deu a formação da Chácara Santa Luzia atrelada à formação da Cidade Estrutural levando em consideração o contexto de formação da nova capital do Brasil, por meio de pesquisa exploratório-descritiva com entrevistas semiestruturadas. Brasília surgiu na tentativa de descentralizar a produção que era concentrada no sudeste brasileiro. Sua construção chamou atenção de pessoas que buscavam uma melhor qualidade de vida, assim, a vinda dessas pessoas para a capital formaram as primeiras regiões administrativas e, associado a isso, iniciou um processo segregador das classes menos privilegiadas. A especulação imobiliária nas áreas mais próximas do Plano Piloto impulsionou o surgimento de diversas “invasões”, como a Cidade Estrutural formada principalmente pelos primeiros catadores do lixão disposto na região. Localizada privilegiadamente a cerca de 15 km do centro de poder do Brasil, mas distante socialmente das dinâmicas que ocorrem no Plano Piloto. A Chácara Santa Luzia é uma ocupação irregular que cresce limítrofe ao Parque Nacional de Brasília e o lixão e sofre diariamente com a negligência do Estado em promover políticas de habitação para as pessoas residentes da área, apenas com o discurso ambientalista de que a ocupação é irregular por estar em uma área de preservação. A falta de regularidade da área inviabiliza a instalação de equipamentos públicos, os mais básicos como a pavimentação das ruas e o abastecimento de energia e água, fazendo com que os moradores encontrem na autoconstrução uma forma de resistência ao direito de morar. . Se não é possível regularizar loteamentos irregulares por não se adequarem aos requisitos legais exigidos, então não consideram a realidade de que há uma problemática vigente de falta de moradia, o que ocasiona uma falta de acesso aos aparatos públicos de infraestrutura e equipagem urbana já que esses não chegam a áreas irregulares

Palavras-Chave: Urbanização, capital, segregação, Cidade Estrutural, Santa Luzia, ocupação, infraestrutura.

LISTA DE FIGURAS E TABELAS

Figura 1 - Mapa de localização da Região Administrativa XXV.	31
Figura 2 - Casas construídas pelo PIVE.	40
Figura 3 - Visão da Chácara Santa Luzia.....	41
Figura 4 - Localização aproximada da Chácara Santa Luzia	43
Figura 5 - Rua em Cidade Estrutural semelhante a algumas ruas da Chácara Santa Luzia	49
Figura 6 - Rua em Cidade Estrutural.	50
Figura 7 - Representa os equipamentos públicos dispostos na Cidade Estrutural.	51
Figura 8 - Em destaque (grifo meu) representa a área de estudo e seu abastecimento de água.	53
Figura 9 - Em destaque (grifo meu) representa a área de estudo e seu abastecimento de energia.	54
Figura 10 - Em destaque (grifo meu) representa a área de estudo e sua rede de esgotamento.....	55
Figura 11 - Barracos em Chácara Santa Luzia.	58
Figura 12 - Parque Urbano.....	58
Figura 13 - Fronteira imaginária entre Cidade Estrutural (direita) e Chácara Santa Luzia (esquerda)..	61
Tabela 1 - Número de habitantes no Distrito Federal.....	22
Tabela 2 - Edificações em áreas de interferência e/ou comprometimento ambiental.....	37

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AGEFIS – Agência de Fiscalização do Distrito Federal

ASMOES – Associação dos Moradores da Estrutural

CAESB – Companhia de Saneamento Ambiental

C.E.I – Centro de Erradicação de Invasões

CLP – Conselhos Locais de Planejamento

CODEPLAN – Companhia de Planejamento do Distrito Federal

CODHAB – Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal

DEURA – Diretoria de Estudos Urbanos e Ambientais

DF – Distrito Federal

EIA – Estudo de Impacto Ambiental

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

MPDFT – Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

NOVACAP - Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil

PDAD – Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílio

PDL – Plano Diretor Local

PDOT – Plano Diretor de Ordenamento Territorial

PEOT – Plano Estrutural de Organização Territorial

PIB – Produto Interno Bruto

PIVE – Projeto Integrado Vila Estrutural

PNB – Parque Nacional de Brasília

POUSO – Plano de Ocupação e Uso do Solo

RA – Região Administrativa

SCIA – Setor Complementar de Indústria e Abastecimento

SEGETH – Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação

SERFHAU - Serviço Federal de Habitação e Urbanismo

SIA – Setor de Indústria e Abastecimento

TJDF – Tribunal de Justiça do Distrito Federal

ZHISP – Zona Habitacional de Interesse Social e Público

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
OBJETIVOS.....	13
OBJETIVO GERAL.....	13
OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	13
JUSTIFICATIVA.....	14
PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	14
ESTRUTURAÇÃO DO TRABALHO.....	16
1 CAPÍTULO 1 - CONTRADIÇÕES NA URBANIZAÇÃO DE BRASÍLIA.....	17
2.1 Conjunturas da construção da Nova Capital.....	17
1.2 Fragmentação do território urbano de Brasília.....	21
1.2.1 A apropriação desigual do espaço urbano e a distância social (segregação socioespacial).....	23
1.3 Instrumentos de planejamento do solo do DF.....	26
2 CAPÍTULO 2 - ESPECIFICIDADES GEOGRÁFICAS URBANAS NA FORMAÇÃO DA CIDADE ESTRUTURAL E CHÁCARA SANTA LUZIA.....	29
2.1 A concepção da Vila Estrutural.....	29
2.1.1 Luta pela moradia e políticas públicas para a Cidade Estrutural.....	33
2.2 Nuanças da Chácara Santa Luzia: o surgimento de uma ocupação dentro da Cidade Estrutural.....	41
3 CAPÍTULO 3 – INFRAESTRUTURA E QUALIDADE DE VIDA.....	44
3.1 Breve histórico e conceituação.....	44
3.1.1 Infraestrutura Urbana.....	44
3.1.2 Qualidade de vida.....	45
3.2 Cidade Estrutural.....	47
3.3 O caso da Chácara Santa Luzia.....	51
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	64
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	67
ANEXOS.....	71

INTRODUÇÃO

O acelerado crescimento urbano causa implicações amplas. A mudança de uma vida que anteriormente era predominantemente rural, para uma predominantemente urbana afeta muitos países atualmente e a cidade, de certo modo, se tornou um estímulo para ascensão social.

Na construção de Brasília já se notava uma seletivização espacial, já que o Plano Piloto se constituía como um espaço destinado ao funcionalismo público e a uma parcela burguesa (CAMPOS, 2010).

No decorrer da década 1960, o Plano Piloto não era, em sua integralidade, o principal centro econômico da região, pois diversas localidades realizavam atividade comercial, assim como o Núcleo Bandeirante e Taguatinga - a primeira cidade satélite. Nessa mesma época a administração das obras e da cidade que se formava era feita pela NOVACAP.

A oferta de emprego na Nova Capital fez com que Brasília recebesse um quantitativo significativo de imigrantes de diversas regiões brasileiras, porém considerando os desníveis sociais e econômicos da sociedade, as áreas mais afastadas do Plano Piloto desenhado por Lúcio Costa foram ocupadas por pessoas menos aquinhoadas, que movidos pela esperança de uma vida melhor na capital utópica, deixaram suas cidades natal para que pudessem enfim encontrar qualidade de vida na nova cidade que se formara.

Com a problemática da oportunidade de emprego na capital depois de construída, as pessoas começaram a perceber uma oportunidade de sobrevivência vinda da reciclagem de matérias coletados do Aterro do Jóquei. A partir disso, na década de 1970, movidos pela necessidade de residir próximos ao trabalho, os catadores formaram às margens do lixão uma ocupação que atualmente recebe o nome de Cidade Estrutural – Região Administrativa XXV.

Um local que merece destaque pelos conflitos gerados e pela resistência que os moradores tinham em enfrentar desapropriações forçadas pelo governo, enquanto tentavam resolver de forma autoconstruída a problemática da falta de moradia.

Nos dias de hoje a Cidade Estrutural concentra cerca de 39 mil habitantes e se mostra carente de uma série de recursos básicos, mas que essenciais à vida

individual e coletiva agindo como se não existissem moradores na região, oferecendo apenas desigualdades, tornando-se um espaço sem cidadãos (SANTOS, 2007).

Essa região administrativa chama atenção por ser marginalizada a poucos quilômetros do Plano Piloto e, inserida na sua área, há um aglomerado com milhares de famílias carentes de todo o tipo de assistência. A Chácara Santa Luzia é uma ocupação irregular que faz parte da RA XXV e sofre com inúmeras desocupações feitas pelo Estado sem a preocupação de realocar essas famílias para um local mais apropriado com melhores condições.

Essa ocupação é reflexo da falta de diligência do Estado em ofertar moradia para as mais variadas categorias de renda ou quando não oferece soluções para o problema da habitação (MALAGUTTI, 1999).

Tendo em vista que a ocupação é irregular, o Estado não propicia para os moradores, equipamentos urbanos de qualidade que lhe proporcionem uma qualidade de vida adequada.

OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL

Com este estudo pretende-se compreender a ocupação Chácara Santa Luzia atrelada a formação da Cidade Estrutural e no contexto da urbanização de Brasília, além de investigar as nuances do acesso dos seus moradores aos serviços públicos e infraestrutura.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- 1) Entender o contexto que levou a concepção da Nova Capital do Brasil e a fragmentação territorial do Distrito Federal que, conseqüentemente, ocasionou uma segregação populacional;
- 2) Compreender a formação da Cidade Estrutural além de conhecer as diversas lutas por moradia nessa região administrativa e suas políticas públicas para habitação;
- 3) Investigar o processo de formação da ocupação da Chácara Santa Luzia e salientar sobre direito à cidade e aos equipamentos urbanos.

JUSTIFICATIVA

Uma parte considerável das pessoas que moram em cidades atualmente reside em casas construídas em locais irregulares. Esses aglomerados urbanos são muitas vezes denominados de “invasões” e constituem parte da paisagem de várias cidades brasileiras.

Essas ocupações geralmente margeiam áreas legais e regularizadas em um planejamento de uso do solo. As pessoas que resistem nessas ocupações buscam inclusão nas práticas urbanas, mesmo que seja utilizando de espaços definidos para outros usos, como interesse ambiental, área rural, entre outras.

Tendo em vista o ritmo acelerado do crescimento urbano em Brasília é importante discutir o aumento populacional em ocupações irregulares que crescem sem o acompanhamento do Estado no sentido de investir em oferta de moradia e equipamentos públicos.

Esse trabalho se justifica na importância de estudar as contradições encontradas na forma de tratar desses aglomerados irregulares, como é o caso da Chácara Santa Luzia, a qual não é mencionada em nenhum estudo aprofundado que busca compreender a sua formação e como as pessoas resistem pelo direito à cidade.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esse trabalho constitui-se de uma pesquisa aplicada de maneira exploratória, que permitiu uma maior aproximação, visto que a área de estudo é pouco discutida; e descritiva, pois busca descrever as características da formação da ocupação Chácara Santa Luzia.

A metodologia adotada para que se pudesse alcançar os objetivos desse trabalho, tendo em vista o recorte espacial da Região Administrativa XXV – Cidade Estrutural com um enfoque especial na ocupação Chácara Santa Luzia, foi dividida em quatro momentos:

- 1) Levantamento bibliográfico e documental aprofundados sobre o tema de urbanização, com ênfase especificamente em Brasília e a constituição

de suas regiões administrativas, conceituações sobre infraestrutura, equipagem urbana e qualidade de vida, além da análise do único programa voltado para habitação elaborado para a Cidade Estrutural o PIVE – Projeto Integrado Vila Estrutural. Para filtrar as ideias foram feitos diversos fichamentos da bibliografia. Esse momento foi importante para ter uma noção de como o tema é tratado em outros trabalhos.

- 2) No segundo momento foram feitos campos de aproximação, para tentar entender a lógica da área de estudo e verificar se era possível cumprir com os objetivos. Serviu ainda como base para a elaboração de um questionário para ser usado no terceiro momento.
- 3) Nessa etapa, um questionário foi elaborado e aplicado com os moradores da Cidade Estrutural e Chácara Santa Luzia, escolhidos ao acaso. O questionário foi produzido de forma semiestruturada, no qual há perguntas norteadoras, mas o entrevistado pode extrapolar a resposta para além da pergunta.
- 4) Como o trabalho possui um cunho qualitativo, nesse quarto momento foi feita a transcrição das entrevistas e a análise das respostas sem identificar os entrevistados, além da elaboração de mapas de localização da área de estudo.

É importante ressaltar que esse trabalho é a ampliação de um projeto de mesmo nome elaborado em 2015/2016 no Programa de Iniciação Científica e apresentado no 22º Congresso de Iniciação Científica da UnB e no 13º Congresso de Iniciação Científica do DF em 2015/2016.

Devo salientar ainda que as entrevistas foram feitas coletivamente com Márcia Nascimento da Silva. A mesma também as usou em seu trabalho de conclusão de curso¹.

¹ SILVA, Márcia Nascimento da. Luta Pela Terra e Acesso à Moradia: O Caso da Cidade Estrutural – DF. 2016. 68 f. (Monografia). Departamento de Geografia, Universidade de Brasília, Distrito Federal, 2016.

ESTRUTURAÇÃO DO TRABALHO

Com o propósito de atingir o objetivo, o trabalho foi estruturado da seguinte forma:

O **primeiro capítulo** trata da contextualização da construção da nova capital no interior do Brasil, quais eram os objetivos dessa mudança e quais as implicações na configuração territorial que, antes da construção e depois da inauguração de Brasília, gerou no uso do solo.

O **segundo capítulo** busca compreender o contexto de formação da Cidade Estrutural de forma que se faça entender a importância da resistência dos ocupantes na concretização da RA, além de analisar a eficácia das políticas públicas para a habitação na Cidade. Esse capítulo traz também o processo de formação da ocupação Santa Luzia.

O **terceiro capítulo** versa sobre o que é infraestrutura e qualidade de vida e como que essas são evidenciadas na Cidade Estrutural e Chácara Santa Luzia.

Brasília é radical, forte, coerente e poética, ao mesmo tempo. Os prédios, como palácios, apenas tocam o chão. O chão é livre, e é livre o caminhar em todas as direções. [...] Aérea e rodoviária como um autorama, tendo o céu como mar em pleno cerrado (RIBAS, 2005, p. 25).

1 CAPÍTULO 1 - CONTRADIÇÕES NA URBANIZAÇÃO DE BRASÍLIA

2.1 Conjunturas da construção da Nova Capital

A Marcha para o Oeste foi um projeto criado pelo governo de Getúlio Vargas para ocupar e desenvolver o interior do Brasil, pois ainda na década de 1930, o país era colonizado quase que somente na região litorânea. “O vasto interior, principalmente as regiões Norte e Centro-oeste, permanecia esparsamente povoado” (COLLEGE; GARFIELD, 2000, p. 16).

Brasília surgiu dessa intencionalidade de se colonizar o centro do país, pouco povoado e com aproximadamente 2,3 milhões de km². Não havia a presença de indústrias na região, a agricultura era em maior parte de subsistência e a economia era movida pela pecuária.

Porém, somente no governo de Juscelino Kubitschek o interior do Brasil foi de fato ocupado.

A idealização da nova capital fazia parte do Plano de Metas 1956-1961 do Presidente Juscelino Kubitschek, que tinha como principal característica o investimento, público e privado, de forma setorial, visando às áreas de infraestrutura, indústria básica e de bens de consumo duráveis e recursos humanos. Era um plano de cunho econômico para o desenvolvimento do país, que para atingir seus objetivos abriu 'setores inteiros de economia nacional para o capital multinacional' (LAFER; MELLO, 1982, p. 23 apud RIBEIRO; HOLANDA, 2015 p. 37).

Os fluxos e as redes formam conexões entre lugares e modificam o que se sabe sobre próximo e distante (LENCIONI, 2008, p. 118). Entre 1930 e 1960 (século XX), fora muito discutida a formação de Brasília vinculada ao modo de produção agrário e industrial, para que o desenvolvimento do país fosse possível através da exportação. Para isso, os centros de decisão e os laços com países mais fortes (Inglaterra e Estados Unidos) foram redefinidos.

Costa e Steinke (2014) dizem que a ideia de interiorizar o desenvolvimento econômico e ampliar a fronteira agrícola do país (concentrados no litoral

brasileiro) faria com que Brasília derrubasse

[...] três percalços ao Plano de Metas: a inexistência de uma localização privilegiada do poder para o rearranjo das economias regionais, em prol da unificação do mercado nacional; o enrijecimento econômico do litoral palco da colonização; o potencial burguês latifundiário e urbano lotados nas antigas ilhas territoriais produtivas de café e cana-de-açúcar (COSTA; STEINKE, 2014, p. 3).

O plano da cidade foi escolhido através de um concurso internacional no qual participaram vários arquitetos e urbanistas e o projeto vencedor foi o de Lúcio Costa. As obras se iniciaram no ano de 1957 começando pelo aeroporto, Catetinho e algumas estradas (PAVIANI, 2007, p. 5).

Antes de inaugurada, a nova capital atraiu diversas pessoas vindas principalmente de Minas Gerais, Bahia e Goiás que se instalaram no Sítio Castanho- primeiro nome do local escolhido para a sua construção- e em três anos o então Distrito Federal (DF) já continha cerca de 60 mil trabalhadores.

A Capital foi idealizada para que o meio tecnológico fizesse parte de sua execução, assim, os moradores do interior do país passavam a perceber Brasília enquanto um lugar em que prevalecia o progresso e a modernização, com oferta de empregos e assistências fornecidas pelo governo (SANTOS, 1986, p.2 apud MARICATO, 1996, p.55).

Para Santos (2008) qualquer país em desenvolvimento possui um tipo de configuração territorial formada tanto pelos recursos naturais, quanto pelos recursos criados. A abertura de novas estradas possibilitou que a ocupação de Brasília acontecesse de forma rápida, propiciando também a expansão de atividades agrícolas em outros estados, como a Bahia que utilizavam as rodovias para escoar sua produção. “O espaço torna-se fluido, permitindo que os fatores de produção, o trabalho, os produtos, as mercadorias, o capital, passem a ter uma grande mobilidade” (SANTOS, 2008, p.39).

Diversos trabalhadores da construção de Brasília não voltaram para as suas cidades de origem e frente à utópica capital do Brasil organizaram diversos movimentos para que fossem lhes dado espaço para a habitação, o que até então ocorria em forma de abrigo (moradia temporária), em acampamentos precários limítrofes a obras de erguimento de Brasília. Os governantes trataram de acatar

os pedidos dos operários e os contemplaram com áreas que se localizavam distantes do Plano Piloto. Começando assim a surgir as primeiras cidades-satélites² (MOTTA, 2001, p. 34).

Porquanto, é possível vislumbrar que o urbano se produz através das relações da sociedade com o espaço, como afirma Lefebvre (2001)

A cidade sempre teve relações com a sociedade no seu conjunto, com sua composição seu funcionamento, com seus elementos constituintes (campo e agricultura, poder ofensivo e defensivo, poderes políticos, Estados, etc), com sua história. Portanto, ela muda quando muda a sociedade no seu conjunto (LEFEBVRE, 2001, p. 51).

No DF, a organização do espaço não se deu aleatoriamente. Uma vez inaugurada, a partir de 1961 a mancha urbana de Brasília se expandiu e, as cidades-dormitórios³ e áreas ocupadas mais próximas do centro se expandiram, visto que o Plano Piloto não tinha capacidade de abrigar todos os migrantes e principalmente os mais pobres, pois naquela época a capital já tinha o status de polo de atração populacional.

Brasília foi, por outro lado, o nó que atou Brasil, em meados do século XX. Cidade de integração nacional de um país continental. Mistura de raças e de estados, cosmopolita e suburbana, nacional e internacional, com a fé e o entusiasmo dos anos 50 em 5 (RIBAS, 2005, p. 24).

Esse processo de urbanização acelerada causou modificações de cunho social e econômico e é fato que os primeiros moradores (os construtores) da capital foram drasticamente negligenciados no que tange a integração com o Plano Piloto de Brasília, fazendo que fossem estratificados dentro de suas próprias condições de vida, habitando distante do centro burocrático e construído pelas suas mãos. Isso fortaleceu a luta pelo direito à moradia na Nova Capital do Brasil (COSTA; PELUSO, 2013, p. 7).

Já em meados de 1957 havia alguns núcleos urbanos, quais sejam Planaltina, Brazlândia, Núcleo Bandeirante e o Plano Piloto. Na tabela abaixo é possível notar o crescimento populacional na medida em que se aproximava a

² Centros Urbanos que surgem planejados ou não na periferia de uma cidade.

³ Cidades distantes que servem de moradia para trabalhadores do centro.

inauguração:⁴

LOCALIDADE	1957	1959	1960
Distrito Federal	12.700	64.314	141.742
Brasília	6.283	45.781	92.761
Plano Piloto	xxx	11.007	71.728
Núcleo Bandeirante	2.212	17.761	21.033
Acampamentos	3.416	11.250	xxx
Outros Locais	5.763	xxx	xxx
Taguatinga	*	3.677	27.315
Brazlândia	xxx	355	734
Sobradinho	*	*	10.217
Planaltina	xxx	2.245	4.651
Gama	*	*	811

Tabela 1 – Número de habitantes nas RA'S. Fonte: Extraído de PAVIANI, 2007. **xxx** - significa que o dado é inexistente na fonte indicada; * - indica que a localidade era inexistente no ano indicado.

A respeito destes núcleos urbanos, destaca-se o Núcleo Bandeirante que foi tecido inicialmente como um centro comercial provisório, e como as atividades exercidas ali eram isentas de impostos com o intuito de atrair comerciantes, recebeu o nome de Cidade Livre (COSTA; PELUSO, 2013, p. 12).

Mesmo que a ordem fosse transferir os moradores para outras cidades satélites e o comércio para a Asa Norte, no dia da inauguração de Brasília, o Núcleo Bandeirante já possuía mais de 20.000 habitantes. Com uma intensa crise econômica ocorrendo no país, onde Jânio Quadros, atual presidente da época renunciava a presidência, os moradores do Núcleo Bandeirante protestaram, com sucesso, para que obtivessem a fixação da cidade.

Nas décadas de 1960 e 1970, o número de habitantes no quadrilátero –

⁴ É importante saber que a região que posteriormente foi escolhida para a Capital do Brasil era um espaço que continha porções de território do estado de Goiás, Mato Grosso, Rondônia, uma parte do noroeste de Minas Gerais, oeste da Bahia e o sul do Maranhão e do Piauí. O rápido “enchimento demográfico” dessa vasta região fica explícito no Censo de 1960 que já indicava mais de 3 milhões de habitantes em toda essa porção de território citada (MOTTA, 2001, p. 38).

espaço destinado para a implantação do DF- passava de 537, 5 mil pessoas, isso ocorreu porque, nessa época, todo o fluxo migratório de pessoas era voltado para o interior do país, mais especificamente para o DF. Com esse aumento populacional, foram fixadas grandes parcelas de imigrantes em territórios goianos fronteiriços, mas que passaram pelo processo de conurbação com algumas cidades-satélites do DF (MOTTA, 2001, p. 39).

Em 1971, foi implantada a Campanha de Erradicação de Invasões a C.E.I, que é atualmente a Região Administrativa Ceilândia, que iniciou-se como uma concentração de diversas “invasões” constituídas pelos migrantes que chegavam e não encontravam lugar para morar e fixavam barracos em diversos lugares, bem expressivos antes e depois da construção. O Centro de Erradicação de Invasões surgiu de uma preocupação com o intenso favelamento da Capital e objetivava-se em dar moradia e infraestrutura para os moradores removidos das “invasões” (COSTA; PELUSO, 2013, p. 21).

Resende (1985) diz que Ceilândia, “criada” para um desfavelamento, soluciona e recria, ao mesmo tempo, o problema da moradia. Chama - se atenção para a perspectiva de erradicar invasões, o “desfavelamento” do local que se transformaria em Ceilândia; e hoje essa cidade satélite concentrar uma das maiores favelas da América Latina o Sol Nascente⁵.

1.2 Fragmentação do território urbano de Brasília

A fragmentação do território é um processo muito recente na urbanização da América Latina e contribui para que seja reforçada a ocupação da periferia pelos mais pobres. Esse processo provoca novas dinâmicas urbanas: fragmentos que de alguma forma não se conectam mais e está substancialmente envolvido com a metropolização das cidades e, de forma intrínseca, está associada a novas formas de segregação socioespacial (CHETRY, 2014).

Mesmo que Lúcio Costa, no seu relatório da concepção do Plano Piloto, tenha desenhado quadras residenciais com uma ordenação urbanística que atendesse a suas variações, já se mencionava a atribuição de valores maiores

⁵ Notícia veiculada em diversos jornais eletrônicos e segundo a PDAD de 2013, o número de habitantes chegava a 78.912.

nas quadras próximas às embaixadas, por exemplo.

No outro lado do eixo rodoviário-residencial, as quadras contíguas à rodovia serão, naturalmente, mais valorizadas que as quadras internas, o que permitirá as gradações próprias do regime vigente; contudo, o agrupamento delas, de quatro em quatro, propicia num certo grau a coexistência social, evitando-se assim uma indesejável estratificação (COSTA, 1991).

Lúcio Costa salientou ainda que se deve impedir o surgimento de favelas na periferia urbana e rural, cabendo ao governo o dever de promover acomodações decentes e econômicas para toda a população. Porém, o que se observou foi que, em 1958, Taguatinga foi criada exatamente para que servisse de cidade-dormitório para uma população que não tinham acesso aos edifícios da capital (COSTA, 1991).

E mesmo durante a construção do Plano Piloto, o governo percebeu a gigantesca quantidade de imigrantes vindos para o quadrilátero e, conseqüentemente, o início de diversas “invasões”. Para lidar com isso, estabeleceu a criação de alguns núcleos urbanos, chamados inicialmente de cidades satélites. Assim, o Distrito Federal começava a se tornar um território polinucleado, fragmentado.

Isto porque, nota-se que no local onde concentra a maior parte dos empregos formais, vive uma parcela extremamente pequena da população, mas que homogeniza no quesito renda. O restante da população vive afastado, geralmente em cidades-dormitório. Em Brasília, esse local de concentração de serviços é o Plano Piloto que foi tombado para que se fosse conservado o desenho original de Lúcio Costa. Os traços modernistas propostos pelo arquiteto intensificou a separação da população que agora são separadas em grupos homogêneos.

Paviani (1989) diz que Brasília urbanizou-se sustentada nesse método que inclui vários núcleos e que isso serve a priori para que o Estado tenha um controle maior sobre as populações.

Fragmentando a cidade, criando núcleos múltiplos, desencorajam-se pressões populares, estimula-se a *ideologia da casa própria*, exalta-se a beleza do bairro administrativo, tomba-se o patrimônio arquitetônico, congela-se a imagem das belas formas paisagísticas, erguem-se panteões e signos ideológicos ostentatórios (PAVIANI, 1989, p.48).

Mas o que se constata empiricamente é totalmente diferente. Se o Estado busca polinuclear o território para ter um controle, deveria utilizar esse controle, principalmente, em benefício da população. Dividindo a administração para que, em todas as localidades, suas necessidades básicas de infraestrutura e equipagem urbanas fossem atendidas.

A fragmentação caracteriza um processo de polarização das categorias superiores e inferiores da população de acordo com a renda, fazendo com que surjam fronteiras dentro das cidades. A fragmentação social traduz “movimentos de distanciamento do resto da cidade, voluntário ou impostos, de uma parcela da população” (CHETRY, 2014, p. 64).

Essa parcela da população deslocada para locais distantes e totalmente desamparados no que diz respeito a bens e serviços tiveram um agravamento na qualidade de vida e viram suas rendas serem diminuídas e sujeitas a violência.

Alguns autores salientam uma sobreposição da segmentação do trabalho e a segregação socioespacial (residencial), como por exemplo, RIBEIRO (2005) onde diz que

A evidência desse fato pode estar nas importantes diferenças que constatamos entre os rendimentos dos moradores das favelas e dos bairros nas capitais. Não necessitamos de sofisticada argumentação para assumir que a distinção entre espaços de favela e espaços de bairro expressa não apenas a segmentação socioespacial, mas também uma segregação, na medida em que a matriz sociocultural brasileira expressa posições hierarquicamente dispostas no espaço social das nossas metrópoles (RIBEIRO, 2005, p. 52).

1.2.1 A apropriação desigual do espaço urbano e a distância social (segregação socioespacial)

A segregação, presente em diversas cidades, é expressa pelas regras que, de alguma forma, organizam o espaço urbano e dita padrões diferentes de classes sociais.

A produção de moradia é realizada em conjunto com eixos de expansão, e esses vetores de crescimento da metrópole remete a discussão de segregação socioespacial que se produz constantemente pela apropriação privada do urbano em detrimento de sua produção social.

Em diversas metrópoles, segmentos distintos lutam por espaço e isso o fragmenta de forma a expulsar os mais pobres e mesmo que a distância física não seja tão longa, a distância social fica cada vez mais intensa. O valor da residência se define pela equipagem que a circunda, na verdade pela importância que essa equipagem possui, fazendo com que haja uma troca de valores.

A negação da vida urbana e dos acessos à moradia segrega os cidadãos das práticas sociais. Mesmo que alguns autores digam que “Brasília aboliu o preconceito de origem, todos os que para aqui vieram, eram de fora: nordestinos, paulistas, cariocas, mineiros, goianos, nortistas e sulistas, estrangeiros e brasileiros, num verdadeiro caldeirão de culturas e raças” (RIBAS, 2005, p. 24), a segregação e o preconceito acompanharam e acompanham a Capital do nosso país desde a sua construção, quando pioneiros e candangos tinham conotações diferentes.

Muito se fala em candangos e pioneiros, mas pouco se sabe sobre esses termos. Segundo Costa e Peluso (2013, p.8), os Pioneiros foram as primeiras pessoas a trabalharem na empresa que construiu Brasília. Referem-se aos funcionários, comerciantes, entre outros. Já os candangos foram aqueles operários da construção que basicamente significava alguém que não possuía qualidade e futuramente esquecidos na consolidação da Capital do país.

O padrão de segregação na América Latina segundo Yujnovsky (apud Santos, 2013) se sustentou de maneira diferente em três períodos: o primeiro remete ao século XVI até, aproximadamente, 1850 quando a característica principal resumia-se a possuir as moradias se localizando no centro. O segundo período remete aos anos de 1850 até 1930, quando grandes avanços no sistema de transporte permitem que as classes mais altas possam se afastar dos centros das cidades. Já o terceiro período se iniciou em 1930 onde a migração campo-cidade fez com que o processo de urbanização acelerasse e, as classes mais altas, buscassem localidades mais próximas do centro e de todos os serviços que ele podia oferecer, porém, os trabalhadores vindos do campo, buscavam em ocupações irregulares uma forma de acesso à moradia (Santos, 2013, p. 57).

Se pensarmos numa escala brasileira, podemos destacar a metrópole de São Paulo, pois conforme Caldeira (2000, p. 211), também apresenta um perfil com três formas de segregação espacial. Sendo que a primeira percorreu anos o final do século XIX até 1940, que se caracteriza pela concentração de diferentes

classes em um pequeno perímetro de urbanização e eram segregados pelo tipo de moradia.

A segunda, a partir dos anos 1940 até 1980, que se apresenta com a dualidade centro x periferia. Esse padrão possui quatro características básicas: primeiramente ele é disperso, ou seja, a densidade populacional por km² diminui significativamente; a segunda característica é a separação das classes, sendo que as classes média e alta se concentram nos bairros mais centrais e a os pobres na periferia; a terceira diz respeito à obtenção da casa própria tanto pelos ricos como pelos pobres, mesmo que estes últimos procurem em terrenos irregulares nas periferias; e a última característica diz respeito ao meio de transporte utilizado pelas pessoas, onde os mais ricos usavam carros próprios e o mais pobres usavam o transporte público que na época eram os ônibus (CALDEIRA, 2000).

E ainda de acordo com Caldeira (200, p.211), uma terceira forma de segregação vem intensificando-se a partir dos anos 80 e transformando a cidade. Essa forma gera espaços em que diferentes níveis sociais estão muitas vezes próximos fisicamente (geograficamente), mas “estão separados por muros e tecnologias de segurança, e tendem a não circular ou interagir em áreas comuns”. A autora enfatiza ainda que esses lugares são espaços privatizados e monitorados com a justificativa de medo de crimes violentos.

Analisando o perfil de segregação social de São Paulo e do Distrito Federal, neste último não é possível visualizar a primeira forma, onde todas as pessoas dividiam espaços no perímetro urbano se diferenciando pelas características dos imóveis. Mas isso se explica pelo fato do Plano Piloto, que na época era a centralidade urbana, ter sido devidamente planejado, assim como a periferia ⁶.

A Cidade Estrutural, área de estudo deste trabalho, apresenta um nível de segregação semelhante ao terceiro apresentado pela autora, pois mesmo que a distância física em relação ao centro, à civilização⁷ seus habitantes não usufruem e não se relacionam com espaços públicos e de lazer do Plano Piloto.

⁶ Podemos citar a criação dos centros de erradicação de invasões, a atual região administrativa de Ceilândia, por exemplo, que foi designada para se localizar a quilômetros de distância do Plano Piloto de Lúcio Costa.

⁷ Expressão usada por moradores da Cidade Estrutural.

1.3 Instrumentos de planejamento do solo do DF

Teoricamente a estrutura urbana do Distrito Federal se organizaria com o surgimento das cidades satélites, porém a imágética oferta de melhoria de vida trouxe grandes contingentes de imigrantes para o quadrilátero e então se manifestou a necessidade de criar planos que regulamentassem o surgimento das cidades.

A capital teve seu plano urbanístico totalmente planejado deixando claro todos os usos que deveria ou que foram atribuídos ao seu solo: um centro bem delimitado e uma setorização muito rígida. Isso fez com que o espaço ficasse mais seletivo e o aparecimento de assentamentos provisórios, que acabaram por serem chamados mais tarde de cidades satélites. Porém, como os recursos tinham um destino certo (o Plano Piloto), essas cidades não se viram contempladas.

Nesse sentido, Motta (2001, p. 47) diz que “o modelo de ocupação territorial se consolidara com a divisão social do espaço e a terra distribuída segundo as classes sociais e seus respectivos rendimentos num nítido processo de segregação social”.

Diferentemente de outras áreas metropolitanas, as áreas limítrofes ao DF não foram destinadas para uso industrial, fazendo com que a sua ocupação se destinasse em suma para a criação de novos espaços para moradia, com características de cidades-dormitório.

A existência de uma estrutura organizada para se falar de planejamento só foi possível depois da criação do Serviço Federal de Habitação e Urbanismo – SERFHAU, em 1964. Embora esse plano não considerasse diversas questões habitacionais ele forneceu apoio para a criação de planos para que se efetivasse um planejamento no DF.

Um dos primeiros planos criados para a organização do solo do DF foi o Plano Estrutural de Organização Territorial - PEOT foi aprovado pelo Decreto nº4.049, em Janeiro de 1978 e tinha como objetivo estabelecer um ordenamento dos novos assentamentos que fossem surgindo no DF, estabelecendo ainda critérios para a abertura de novos espaços para saneamento básico, mas de maneira a respeitar o plano original do Plano Piloto, além de definir áreas de proteção ambiental (COSTA, 2011).

A autora diz ainda que:

A finalidade principal do PEOT era propor uma ocupação equilibrada do DF, determinando alternativas para as áreas de expansão urbana, a fim de eliminar gradativamente a estrutura polinucleada e construir um tecido urbano que minimizasse os custos do transporte urbano, da mobilidade e da infraestrutura (COSTA, 2011, p. 6).

Esse plano não se baseou em conceitos de urbanização moderna, como foi o Plano Piloto, na verdade ele buscava de fato se sustentar no conceito de ordenamento territorial se opondo fortemente a uma desordem espacial (DF, 2004).

Em 1990 foi proposto mais um plano de macrozoneamento, o Plano de ocupação e uso do solo – POUZO. Esse plano buscou definir o limite do território que faz parte do DF, bem como delimitá-lo em duas categorias: Urbano e Rural. O Solo Urbano foi organizado em zonas e, para cada uma delas, foi definido uma norma para o uso e ocupação. As zonas definidas foram: Zonas Urbanas, Zonas de Expansão Urbana, Zona de Destinação Mista, Zona de Ocupação Restrita, Zona de Interesse Ambiental e por último a Zona Rural (COSTA, 2011).

A Constituição de 1988 tornou obrigatório para municípios com mais de 20.000 habitantes possuírem um Plano Diretor. Assim, depois da posse do primeiro Governador houve condições para a criação de um plano para o DF. Este plano apoiou-se em diversos estudos socioeconômicos e demográficos e buscou consolidar as propostas do PEOT, Brasília Revisitada e POUZO, reforçando a fragmentação e o polinucleamento do DF e na tentativa de regulamentar e definir a localização de assentamentos e atividades econômicas das cidades.

O primeiro PDOT foi elaborado em 1992, porém foi substancialmente revisado e acrescido em 1997 e buscou trazer diagnósticos de setores como educação, saúde, habitação, entre outros, fazendo com que fosse criados programas para melhoria desses setores (DF, 2004).

Estabeleceu ainda “um processo de descentralização das ações de planejamento determinando que cada Região Administrativa elaborasse seu Plano Diretor Local – PDL criando Gerências de Planejamento e Conselhos Locais de Planejamento - CLP’s nessas RA’s” (COSTA, 2011, p. 11).

O PDOT/97 reforçou a autonomia das centralidades localizadas nas satélites, visto que a maioria das atividades e serviços ainda era bastante concentrada no Plano Piloto. Assim, os centros urbanos das RA's seriam mais dinâmicos e independentes.

Propôs então a criação de um Centro Regional entre as cidades de Taguatinga, Ceilândia e Samambaia, implantada pelo governo em 2007, de forma a compartilhar com o Plano Piloto as funções administrativas distritais. [Porém] em 2009, em função de mudanças na organização político-administrativa do DF esse centro regional foi desconstituído (COSTA, 2011, p. 13).

Além de tornar menos rígida as atividades desenvolvidas nas áreas que não fazem parte do perímetro de tombamento do Plano Piloto.

Após a aprovação da Lei Complementar Nº 803, de abril de 2009, foi elaborada e aprovada uma versão mais recente do PDOT. Essa nova proposta buscou abordar três dimensões do processo de urbanização: o planejamento, o projeto do espaço urbano e a gestão do território.

“De acordo com o texto do plano, no planejamento do território foram definidas as relações entre espaços urbanos, rurais e naturais, indicando as áreas de crescimento urbano, as áreas a serem preservadas e as situações de ocupação urbana e rural a serem mantidas” (COSTA, 2011, p. 14). O que se diz respeito ao projeto de urbanização do território, seria feitas intervenções a partir de algumas estruturações, numa escala intermediária, em edifícios.

E por último, a gestão seria a forma de operacionalizar essas intervenções, de maneira a definir até onde essas intervenções poderiam ir, em síntese, definiria o ritmo da transformação urbana, além de captar recursos para tais modificações.

Depois da contextualização do nascimento da utópica nova capital e de seu processo de fragmentação e conseqüentemente o início da segregação socioespacial dos candangos, podemos começar a escrever sobre a história de uma das cidades satélites mais marginalizadas, no sentido de estar às margens das decisões do governo, às margens das básicas infraestruturas para a manutenção das vidas de seus moradores, que concentra o maior lixão da América Latina e uma ocupação que sofre com o esquecimento por parte, inclusive, dos moradores de sua região.

Eu ando Brasília toda, todo dia. Quando fala nessa cidade aqui o corpo deles arrepia. Porque eles falam pra mim, né? “Tu mora na Estrutural? Mas você é corajosa. Tu morar numa cidade daquela que só tem bandido”. Eu falo que não é assim não. Lá não só tem bandido, lá tem muita pessoa de bem, que trabalha, que tem sua vida boa. [Entrevista concedida pela moradora F. da Cidade Estrutural em Junho de 2016].

2 CAPÍTULO 2 - ESPECIFICIDADES GEOGRÁFICAS URBANAS NA FORMAÇÃO DA CIDADE ESTRUTURAL E CHÁCARA SANTA LUZIA

2.1 A concepção da Vila Estrutural

O processo de periferização de Brasília ocorreu no momento em que Centros de Erradicação de Invasões são criados para que os trabalhadores que participaram do erguimento da capital não ocupassem o Plano Piloto. Atrelado ao crescimento acelerado das cidades periféricas, o que se percebe é o afastamento dos pobres dos centros de poder. Assim, Milton Santos (2007) diz que o direito à moradia geralmente é confundido com o direito a ser proprietário de uma residência, o que predomina é uma “visão imobiliária” da cidade. Onde a tendência que se percebe é a construção de casas, com o dinheiro oriundo do acúmulo da contribuição obrigatória da população, que são vendidas a altos preços.

Para Davis (2006, p. 33), as clássicas favelas eram lugares restritos com habitações mal feitas, alto índice demográfico e pobreza. E “[...] para os liberais do século XIX, a dimensão moral era decisiva e a favela era vista, acima de tudo, como um lugar onde o “resíduo” social incorrigível e feroz apodrecia em um esplendor imoral e quase sempre turbulento, [...] o lado negro da cidade”. É preciso salientar também que uma favela não pode ser identificada apenas pelas distâncias físicas, mas também por distâncias sociais, nas diferenças sociais presentes no centro e na periferia.

É importante ressaltar, antes de traçar uma trajetória da formação da cidade, que a história da mesma foi e é construída com relatos de moradores que, desde o início, acompanham o caminhar da evolução de Brasília e, conseqüentemente, da Cidade Estrutural.

A formação da Vila Estrutural – como era chamada por seus primeiros moradores – foi autoconstruída e deu-se através de imigrantes que vieram em busca de melhores condições de vida em Brasília e encontraram no lixo um meio de sobrevivência.

A Cidade Estrutural está em uma área que, inicialmente, foi definida para ser um aterro onde o lixo produzido pela Nova Capital do Brasil seria disposto. O atual aterro controlado do Jóquei Clube não possui impermeabilização do solo e faz limite com o Parque Nacional de Brasília, trazendo inúmeros impactos ambientais, como a contaminação da água subterrânea por meio da alta percolação que o solo permite.

Ali mesmo, nos limites do aterro, fixaram suas residências – o início da desenfreada ocupação urbana dessas terras. Deu-se de forma autônoma, em que os próprios moradores faziam a gestão do território sem a presença do Estado, de forma a implantar melhorias de maneira clandestina, inclusive a manutenção desses serviços. Hoje, a cidade é a sede urbana do SCIA – Setor Complementar de Indústria e Abastecimento que foi idealizado em 1989 para ser um prolongamento do SIA – Setor de Indústria e Abastecimento e ambos pertenciam à região administrativa Guará. Nessa época o número de barracos limítrofes ao lixão já chegavam a cerca de 100.

A época em que as primeiras habitações na atual Cidade Estrutural surgiram foi de intenso reordenamento do Distrito Federal e, ao solo urbano, era atribuído um valor através do capitalismo que já era presente em Brasília. O espaço era um objeto de consumo para a sociedade, a qual gerava lucros pelos parcelamentos de terras e construção de habitações (LESSA, 2014).

Em qualquer época, a sociedade atribui um valor ao espaço e a relação sociedade-espaço também é uma relação valor-espaço. Assim, qualquer modificação *humanizada*, apropriação de seus recursos ou mesmo a sua conservação, representa uma atribuição de valor; o espaço é considerado um bem, podendo ser utilizado por todos, pois se origina do trabalho (não necessariamente humano) e, tão logo, um *valor de uso*. O valor atribuído a ele depende significativamente dos recursos disponíveis, como por exemplo, construções mais duráveis (MORAES, 1987).

A renda absoluta, como expressão da propriedade privada do espaço, aparece sob a forma de uma cobrança ao direito de

utilização de uma parcela do espaço físico. No caso urbano, ela manifesta-se na instituição do aluguel. [...] cobra-se, antes de tudo, pelo simples direito de ocupação de uma dada parcela do espaço, seja para a produção, ou para a existência (MORAES, 1987, p. 126).

Porém o capitalismo segue anulando os meios autônomos de construção de vida, o modo em que os cidadãos acham para solucionar os seus problemas de moradias em bairros mais pobres. As grandes construtoras visam utilizar os materiais para a confecção de residências de acordo com as faixas de renda, fazendo com que a classe com renda mais baixa sejam segregadas da reprodução da cidade (KOWARICK, 1979, p. 56).



Figura 1 - Mapa de localização da Região Administrativa XXV. Fonte: autora.

Como destacam Costa; Ferreira (2010, p. 175) “o território urbano é produto da ideologia do Estado e da hegemonia das classes dominantes – fazendo com que a renda da terra e a especulação imobiliária sejam preteridas em relação à mitigação dos riscos ou da vulnerabilidade urbana”; questões estas

que não podem ser negligenciadas na análise da formação do Distrito Federal.

Ainda que próxima ao Plano Piloto de Lúcio Costa, a Cidade Estrutural sofre constantemente com a segregação sócio-espacial. Segregada socialmente desde o início de sua formação, no qual os moradores eram catadores e a impressão que passava, e ainda passam, para as pessoas que vivem apenas no mundo utópico de Capital da esperança, é de um povo sujo e extremamente pobre que vive às custas de programas sociais e principalmente dos restos materiais que todos os moradores do Distrito Federal despejam no aterro controlado.

Um dia eu fui daqui pro Guará, aí tinham duas senhoras lá do Núcleo Bandeirante e nós aqui da Estrutural somos meia gaiata, meia..sabe? E nós ia conversando, aí quando entrou no Jóquei, umas meninas começou a brincar dentro do ônibus e as duas senhoras do Núcleo Bandeirante. Nisso entra um rapaz, sabe, eu acho que ele era gari. E essas mulheres começaram a falar da Estrutural: que a Estrutural fedia que não sei como o pessoal suportava, suportava a Estrutural. Ela quase foi linchada dentro do ônibus, sabe, assim... porque eu moro aqui, eu vou defender minha cidade, eu tenho vinte e um anos que eu moro aqui. Meu filho veio pra cá, eu tava de resguardo, quando eu vim pra cá, ele tinha vinte e seis dias de nascido, sabe, eu vou defender. Não é uma cidade... é uma cidade, temos pessoas boas, pessoas ruins como qualquer cidade. Só que assim, lá fora a pessoa vê a Estrutural como uma das piores cidades. Não é. [...] as pessoas lá fora, vê a Estrutural como o pior lugar de Brasília. [...] Agora as pessoas querem delinquir [denegrir] a imagem da Estrutural. Nós não aceitamos isso. Então as minhas palavras é essas.⁸

Segregada espacialmente e aos olhos do Estado que se faz cego às questões de infraestrutura e equipagem urbana que cercam essa RA, mesmo localizando-se próximo aos ministérios e todo o eixo monumental de poder.

Atualmente, dos moradores da Cidade Estrutural (cerca de 39 mil no total), 52,45% vieram de outros estados do Brasil, principalmente do Nordeste. Vieram motivados especialmente para acompanhar os parentes e para procurar emprego. Há ainda as migrações internas, ou seja, os moradores que vieram de outras regiões administrativas, sobretudo de Ceilândia. Essas migrações foram mais intensas nos anos de 1991 a 2000 (PDAD, 2015, p.19).

Do número de trabalhadores residentes na cidade, apenas 52,74% possuem carteira assinada, a outra parte da população que trabalha se encontra

⁸ Entrevista concedida pela moradora M.V. da Cidade Estrutural em junho de 2016.

na ocupação autônoma que muitas vezes fica na própria região. Cerca de 24,26% das pessoas que trabalham se deslocam para o Plano Piloto, utilizando, principalmente, transporte coletivo para o trabalho. (PDAD, 2015, p. 19).

2.1.1 Luta pela moradia e políticas públicas para a Cidade Estrutural

Diversas foram as lutas que os primeiros moradores da Cidade Estrutural enfrentaram para que pudessem continuar com suas residências. Confrontos armados com a polícia são relatados pelas pessoas todas as vezes que são indagadas sobre o processo de ocupação e enfim a constituição da RA XXV. Os moradores viam-se em meio a vários conflitos violentos e constantes desapropriações forçadas. Contudo, apenas em 1990 começaram a implantação das primeiras infraestruturas básicas na cidade, mesmo com inúmeras intenções e mandados de derrubadas.

Eu morava lá embaixo com a minha prima, aí no dia que era pra remover uma família, no tempo do Cristovam Buarque. [...] a Joana e os filhos. Aí já chegaram com gás e jogaram na cara dos filhos dela, do marido e dela. E mandando sair pra fora e falavam que se não saíssem iam tacar até fogo. Aí pegaram e deram tanta paulada na cabeça do filho da Joana, aí começou a sangrar. [...]. Eu vi isso acontecer foi assim, ó, nos meus olhos, chega eu gritei⁹.

A partir da fala da moradora é possível resgatar a afirmação de Harvey (2009) sobre o direito à cidade: “o direito das pessoas à cidade foi subtraído. Às vezes, ele é subtraído por meio de ações do Mercado, às vezes, por meio de ações do governo, que expulsa as pessoas de onde elas vivem, às vezes, ele é subtraído por meios ilegais, violentos” (Harvey, 2009, p. 271).

Ao mesmo tempo, o número de habitantes já ultrapassava de 700 famílias ficando claro o que Milton Santos (2009, p. 24) afirmou de que a curva das carências cresce simultaneamente com a curva de população e esse crescimento provoca uma espécie de alarme no que diz respeito aos planos de recursos.

A oferta de urbanização do território, para alguns, era a esperança de que a pobreza reduzisse e que todos tivessem acesso à cidade; para outros, a cidade seria a doença que acometeria muitas pessoas e disseminaria a pobreza. Não se

⁹ Entrevista concedida pela moradora A. da Cidade Estrutural, em junho de 2016.

pode considerar a urbanização como uma variável independente, visto que as cidades são o local em que as modernidades são mais perceptíveis, essas não são instaladas nos pontos mais carentes, pois sempre buscam uma máxima rentabilidade (SANTOS, 2009).

Em meados de 1990, surgiram diversos movimentos a favor do direito de morar, liderados por moradores que ocupavam locais “irregulares”. Esses movimentos foram marcados por resistências e lutas, já que o local era sensível ecologicamente e o poder público se mantinha também resistente em relação à manutenção dessas pessoas na área.

Grandes eram os interesses de candidatos políticos na área, transformando-a em um grande curral eleitoral. Ofertando em suas campanhas grandes melhorias, a população cresceu substancialmente entre 1991 e 1998. Com interesse de possuir mais voz ativa em relação ao Estado, os moradores da Cidade Estrutural procuraram criar associações e cooperativas que de alguma forma aproximassem e correlacionassem os interesses das partes envolvidas. A associação dos Moradores da Estrutural – ASMOES surgiu em 1996 e conseguiu que alguns moradores residentes da atual Cidade do Automóvel fossem realocados nas primeiras quadras da atual Estrutural (COSTA, 2011).

A Cidade continuou crescendo, principalmente por interesses políticos, onde a oposição do governo que atuava na época fazia campanhas com diversas promessas para que as pessoas ocupassem a área. O governo realocou, ao longo dos anos seguintes, dezenas de famílias para outras regiões administrativas como Samambaia e Riacho Fundo I e II, na tentativa de conter a disseminação rápida das famílias e barracos autoconstruídos (COSTA, 2011).

Os representantes dos moradores da cidade, um deputado distrital morador e eleito José Edmar, tentaram por diversas vezes implantar medidas que pudessem legalizar as ocupações para a construção de moradias: em 2002, o presidente da câmara em exercício sancionou o projeto de lei complementar 530, de modo a regularizar a ocupação e declarar a Cidade Estrutural como Zona Habitacional de Interesse Social e Público – ZHISP. Porém a lei foi revogada posteriormente (COSTA, 2011, p. 44).

Somente em 2004 o SCIA se converteu em Região Administrativa XXV com a Lei 3.315 tendo a Cidade Estrutural como sede urbana da RA. No mesmo ano fora divulgado o Estudo de Impacto Ambiental da cidade – EIA, fixando a

população, mas com a condição que se houvesse a criação de um plano de reurbanização e a desativação do aterro controlado para reduzir o impacto sobre o Parque Nacional de Brasília - PNB.

Em 2006 a Lei Complementar 715 tornou a Cidade Estrutural Zona Especial de Interesse Social – Zoneamento que determina regras para a ocupação do solo de áreas já ocupadas ou que serão ocupadas por famílias de baixa renda. A partir dessa lei, o Programa Brasília Sustentável pode ser implantado. Em síntese esse programa visou promover a melhoria das condições de vida das populações e a gestão sustentável do território e em diversas RA's, e tendo como parte a “inclusão social e redução da pobreza: implantação do Projeto Integrado Vila Estrutural e do projeto de apoio aos catadores de lixo do Aterro do Jóquei” (DF, 2008).

A partir da Brasília Sustentável surgiu o Projeto Integrado da Vila Estrutural – PIVE que tinha como objetivo

a regularização fundiária da Vila Estrutural com ampla participação da comunidade, englobando aspectos urbanísticos, ambientais, socioeconômicos e jurídico-legais, em decorrência do entendimento da comunidade do Distrito Federal de que essa ocupação desordenada é um fato concreto que deve ser enfrentado como a melhor forma de mitigar os impactos ambientais que afetam o PNB (DISTRITO FEDERAL, 2008, p. 10).

Para que esses objetivos se tornassem reais, diversos projetos de recuperação ambiental e de principais infraestruturas foram elaborados, inclusive um plano de realocação das famílias para que houvesse uma adequação às novas regras urbanísticas.

As intervenções que seriam feitas na Vila Estrutural visavam o desenvolvimento da cidade de maneira sustentável, para que isso ocorresse seriam necessárias ações urbanizadoras da área e inclusive do seu entorno. A melhoria das habitações também fazia parte do projeto, bem como instalação de saneamento, gestão do território, de maneira a fortalecer a inclusão social de seus moradores (DF, 2008, p. 11).

Além dessas intervenções, parte do recurso do projeto, “foi destinado pelo Banco Mundial 6,6 milhões de reais para o encerramento do Aterro do Jóquei e abertura do novo aterro sanitário de Brasília o que não ocorreu até o presente momento, mesmo que a Política Nacional de Resíduos Sólidos tenha estipulado como ano limite para os municípios se adequarem até 2014” (SILVA, 2016, p. 45).

O perfil a que cidade se encontrava na época do projeto era de uma área na qual a maioria dos domicílios recebia água encanada pela Companhia de Saneamento Ambiental – CAESB, regulados por hidrômetro; uma rede de esgotamento implantada, mas sem funcionamento, fazendo com que usassem fossas construídas pelos próprios moradores; não há sistema de coleta de águas pluviais, estas escoam pelas vias de forma muito lenta; a disposição do lixo pelas ruas é irregular; a energia elétrica é proveniente de uma subestação no Guará, com constantes quedas por causa da irregularidade na fiação e distribuição e as vias não eram pavimentadas. Em termos de equipamentos comunitários para o provimento do bem-estar e qualidade de vida da população, a cidade contava com posto de saúde provisório, apenas uma escola provisória que oferecia ensino fundamental e jardim de infância e dois postos do programa Saúde da Família. Não havia nenhum espaço destinado ao lazer dos moradores (DISTRITO FEDERAL, 2008, p. 12).

Na época foram identificadas 903 edificações ocupantes de áreas de interferência e/ou comprometimento ambiental que deveriam ser realocadas (inclusive as propriedades vazias ou em construção) como mostradas no quadro abaixo:

ITEM	LOCALIZAÇÃO	TOTAL DE LOTES PARA REALOCAÇÃO
1	Área do antigo aterro do lixo	346
2	Setor de Chácaras – Santa Luzia, Cabeceira do Valo e Pioneiros e Grandes áreas	291
3	Obstrução do Sistema Viário	145
4	Revisão do Projeto de Drenagem	6
5	Setor de Oficinas	115
TOTAL		903

Tabela 2 - Fonte: Plano Físico e social de reassentamento das famílias beneficiárias do Projeto Integrado Vila Estrutural, 2008 (Modificado pela autora).

O PIVE seguiu dois critérios de elegibilidade das famílias para que elas pudessem usufruir dos benefícios do projeto:

1º. Moradores das áreas afetadas que ainda não foram beneficiados por outros programas habitacionais no Distrito Federal;

2º. Moradores das áreas afetadas, que não possuam outros imóveis residenciais no Distrito Federal comprovado por meio de pesquisa cartorial (DF, 2008, p. 46).¹⁰

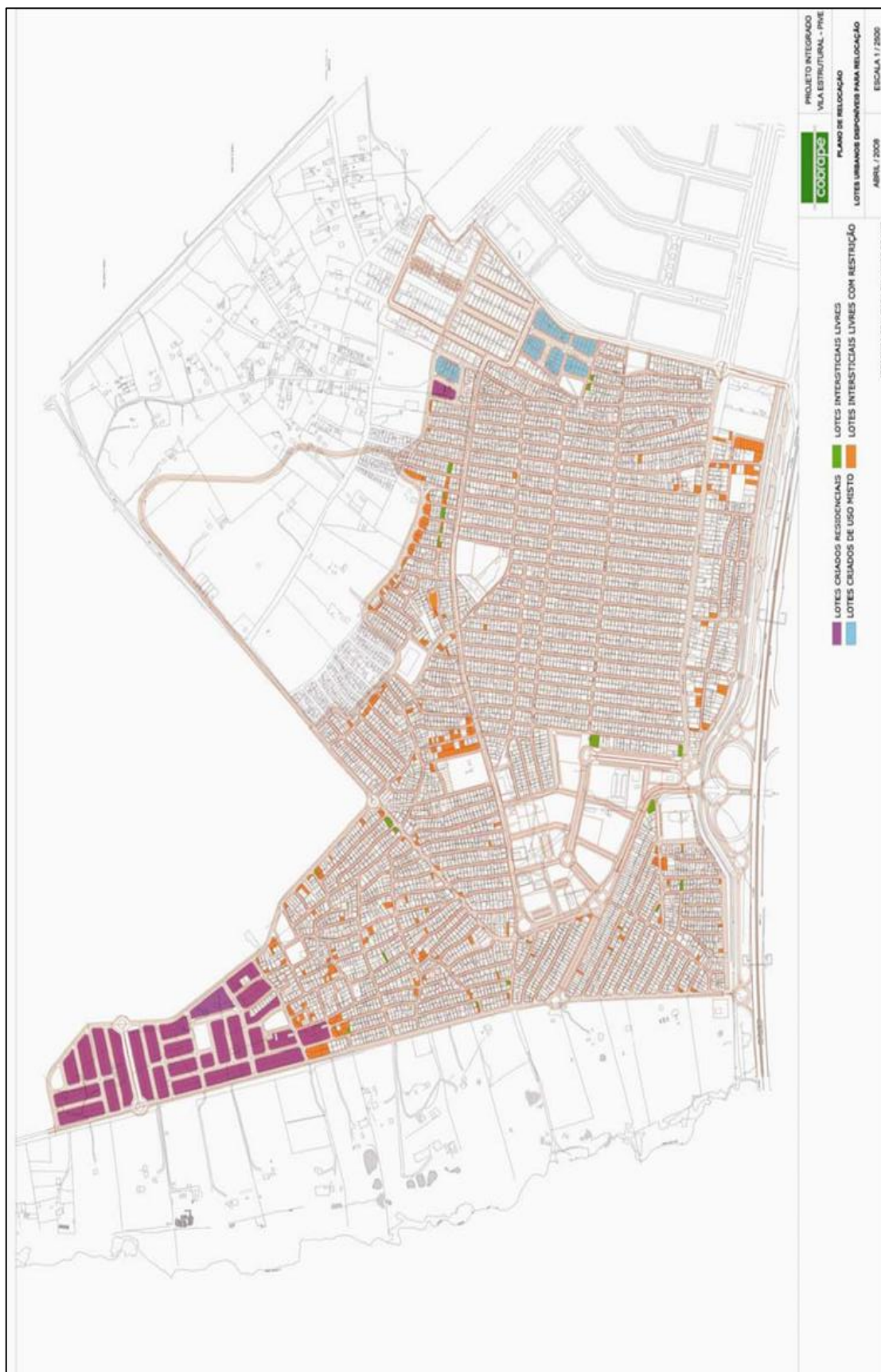
Essas famílias realocadas estavam em áreas distantes dos poucos serviços que a cidade oferecia e as edificações apresentavam, em sua maioria, irregularidades tanto em relação ao consumo quanto a sua precariedade. A renda de cerca de “90% dos chefes de família é de até dois salários-mínimos, sendo que 56% recebe até um salário-mínimo, demonstrando ser a população altamente carente e desprovida de condições econômicas para adquirir bens de consumo duráveis.” (DISTRITO FEDERAL, 2008, p. 37).

O projeto propunha que as famílias fossem realocadas no local de posse, ou seja, as famílias que estivessem ocupando as áreas que o EIA determinou como sensíveis ambientalmente, ou em áreas que seriam implantadas as infraestruturas, seriam realocadas na própria cidade e não em outras localidades, até mesmo no entorno do DF, para que as relações de vizinhança não fossem prejudicadas pelas obras. O que concede os direitos reais de usos para os moradores, mas preserva os atributos ambientais da região. Todas as propostas adotadas pelo projeto originavam, teoricamente, das discussões com a comunidade da Vila.

A partir do parcelamento de algumas chácaras foram criados 746 lotes residenciais, o reordenamento da ocupação permitiu que mais 332 lotes fossem integrados aos anteriores, assim totalizando 1.078 novos lotes. As chácaras que estavam em locais irregulares foram realocadas no Núcleo Rural Monjolo localizado no Recanto das Emas.

No mapa a seguir é possível visualizar a distribuição dos lotes disponíveis para a realocação na Cidade Estrutural.

¹⁰ Para as famílias que seriam realocadas em lotes rurais e para os lotes comerciais, foi realizada uma pesquisa para verificar a aptidão agrícola e comercial.



Fonte: Plano Físico e social de reassentamento das famílias beneficiárias do Projeto Integrado Vila Estrutural,

A ideia inicial do PIVE era de que as propostas do projeto seriam discutidas (construídas) com a comunidade, incluindo inclusive as famílias que não seriam realocadas, mas o que realmente aconteceu é bem diferente do que estava no papel. De acordo com moradores, o projeto por diversas vezes foi modificado sem que os moradores fossem informados.

Diversos problemas foram encontrados ao longo da execução do projeto e por várias vezes a transferência das famílias foi interrompida por ações do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – MPDFT, que ponderavam sobre a proximidade com o aterro, mais especificamente uma lagoa de chorume. Afirmavam que, embora a lagoa não afete diretamente as casas nas circunstâncias normais do dia-a-dia, havia a preocupação que nos dias de chuva, o chorume pudesse atingir as residências por meio das águas pluviais.

O Tribunal de Justiça do Distrito Federal – TJDF revogou em 2010 a liminar de suspensão da transferência desde que o governo apresentasse argumentos que validassem as boas condições do terreno destinado às casas. Após o governo provar a veracidade dos argumentos em que a área era segura para a destinação das famílias, em 2011 o TJDF liberou as transferências.

Dito isso, vale ressaltar que o PIVE só pôde ser executado mediante o cumprimento do que foi imposto pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, que é a completa remoção do aterro e a recuperação da área.

Em 2010, a empresa que executava as obras, depois de diversas acusações de fraudes, entrou em falência acarretando a interrupção das mesmas e, conseqüentemente, o remanejamento das famílias. O hiato instaurado nas obras acarretou a ocupação dessas residências vazias por famílias beneficiadas pelo programa e também por outras pessoas que viram nessas casas vazias, uma esperança para a problemática da habitação.

Em 2011, ocorreram as desocupações dessas casas e para que não voltassem a ser apossadas por famílias não beneficiárias do programa, o governo decidiu entregá-las para os verdadeiros donos mesmo que inacabadas.



Figura 2 - Casas construídas pelo PIVE. Jéssica Mendes, junho de 2016.

A figura acima mostra as “casinhas” (como é chamada pelos moradores) que foram construídas pelo PIVE. Ao fundo é possível visualizar pinheiros que delimitam a área do lixão.

Além de todos os enclaves sofridos pelos moradores que se beneficiaram de imóveis urbanos, aqueles que foram escolhidos para serem realocados em lotes rurais foram transferidos para locais totalmente sem infraestrutura e sem acesso a serviços, negando todas as garantias oferecidas pelo PIVE.

2.2 Nuanças da Chácara Santa Luzia: o surgimento de uma ocupação dentro da Cidade Estrutural



Figura 3 - Visão da Chácara Santa Luzia. Fonte: Jéssica Mendes em junho de 2016.

A periferia do Distrito Federal surgiu por meio das cidades satélites, que se expandiram em consequência da expansão de Brasília, do centro. A esperança da cidade utópica atraiu diversas pessoas pra capital, mas a realidade que encontraram aqui era de extrema segregação das classes menos privilegiadas cada vez mais presente nas cidades brasileiras.

Chácara Santa Luzia é uma ocupação inserida na Cidade Estrutural que, de acordo com relatos orais de seus moradores, possui mais de cinco mil famílias residindo no local.

Pouco se sabe sobre a origem da Santa Luzia, mas sua história permeia entre a desocupação de uma propriedade privada pelos atuais moradores e uma desocupação por parte do governo para que fossem criados equipamentos urbanos de uso coletivo da população da cidade Estrutural. A verdade é que as pessoas que ali estão buscam um local seguro para fixarem suas famílias e diante do questionamento sobre mudança, não se imaginam morando em outro local.

A ideia de formação mais sustentada pelos moradores é de que, anteriormente no local, haviam chacareiros produzindo alimentos e criando animais, porém, com a proximidade do lixão, o governo os transferiu para áreas mais agricultáveis próximas ao Recanto das Emas e Riacho Fundo II. O governo afirmou

para os moradores que no lugar desocupado faria infraestruturas de lazer para que os moradores pudessem usufruir.

Da Chácara Santa Luzia eu não sei. Nós morava lá. Nós fomos removidos de lá pra cá. Mas acho que lá tem a mesma idade daqui, mas é um lugar mais excluído. Faz parte da Estrutural, mas fica num lugar mais afastado. Aí foi crescendo, crescendo¹¹.

A demora em construir algo no local vazio chamou atenção daquelas pessoas que, apesar de terem o direito à moradia, não possuíam um local fixo e/ou próprio para residir. Assim, começaram as primeiras ocupações na região.

Assim, se o governador e o pessoal da AGEFIS e da CODHAB — há cinco anos atrás eles tiraram um pessoal aqui da frente e levaram pras casinhas [Casas do PIVE] — se eles tivessem fechado e feito alguma coisa do governo o pessoal não tinha invadido, só que eles deixaram aberto do mesmo jeito, aí o pessoal entraram pra dentro. Ficou tudo vazio só uns três ou quatro morador, do lado de cá só mais eu e dois vizinhos¹².

É importante salientar que o local no qual a ocupação se encontra é de visível proximidade com o aterro sanitário e uma rua, na qual os caminhões que tem o lixão como destino, funciona como fronteira entre a Cidade Estrutural e a Chácara Santa Luzia¹³.

¹¹ Entrevista concedida pelo morador D. das casas construídas pelo PIVE, em junho de 2016.

¹² Entrevista concedida pela moradora K. da Chácara Santa Luzia, em junho de 2016.

¹³ A divisão Cidade Estrutural e Chácara Santa Luzia não existe legalmente, porém essa diferenciação de territórios é muito usada pelos próprios moradores, onde se referem a Cidade Estrutural como a parte mais “bonita” da cidade e a Chácara Santa Luzia como a parte “feia”. Utilizo apenas para retratar essa diferenciação.

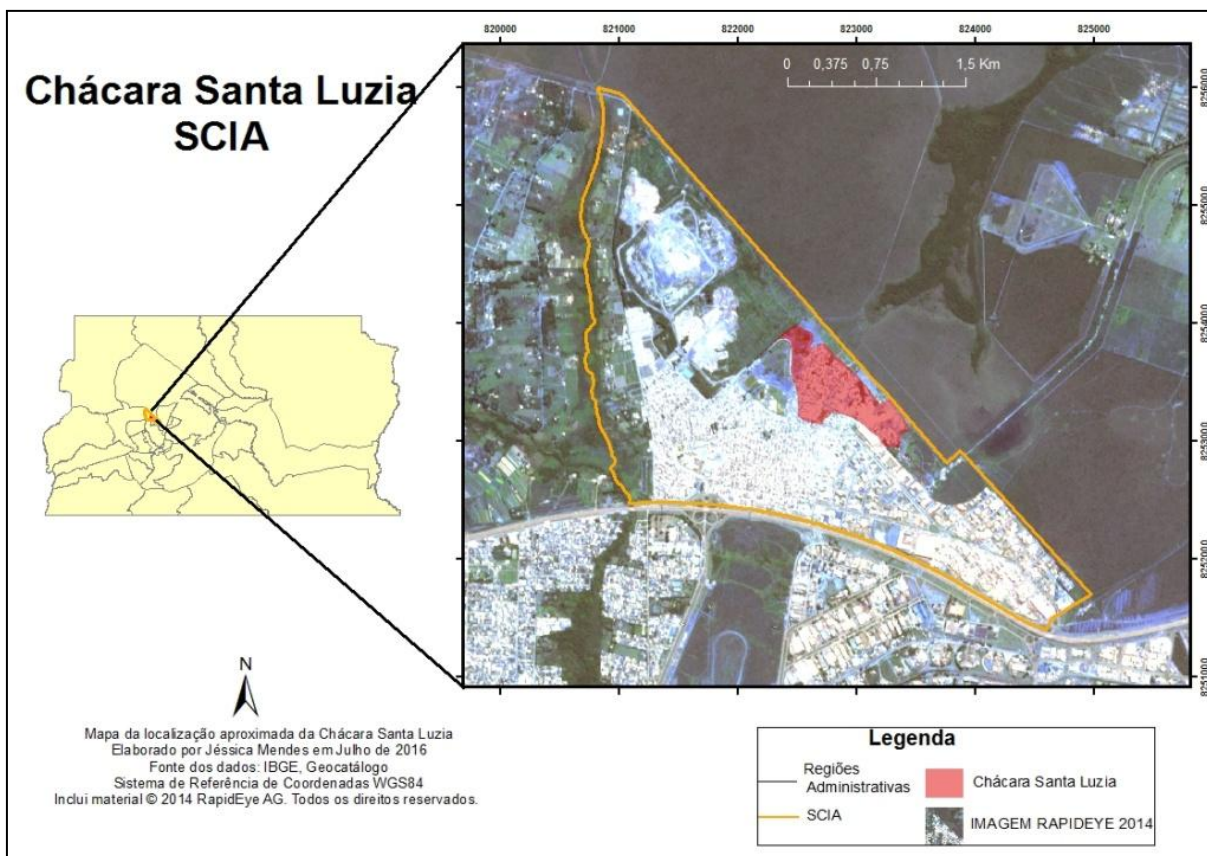


Figura 4 - Localização aproximada da Chácara Santa Luzia

Eu não vejo lazer nenhum aqui. Eles fizeram esse parque aqui desse tamanho, com uns brinquedos ali, mas o pessoal mesmo destruiu. [...] O dinheiro que é gasto ali e tá daquele jeito ali. Não tem guarda mais, porque esfaquearam o guardinha. Não tem nem como ter lazer aqui de nada. Aqui não tem não. Lazer que tem é os butecos pra quem bebe. [Entrevista concedida pela moradora K. da Chácara Santa Luzia em junho de 2016.]

3 CAPÍTULO 3 – INFRAESTRUTURA E QUALIDADE DE VIDA

3.1 Breve histórico e conceituação

3.1.1 Infraestrutura Urbana

As redes de infraestrutura urbana foram desenvolvidas gradualmente na história; a primeira a se desenvolver foi a viária, com a evolução de ampla história que vai das formas de pavimentação até o surgimento dos primeiros automóveis, as redes sanitárias e a rede energética são desenvolvidas sobretudo, no final do século XIX (MASCARÓ apud Zmitriwicz e Neto, 1997, p. 3).

As modificações que ocorrem na cidade, com a evolução da urbanização fazem com que surjam necessidades de adequação de espaços para a realização de inúmeras atividades, necessitando de certa infraestrutura para que elas ocorram. O crescimento da mancha urbana resulta do crescimento demográfico acelerado, e conseqüentemente, do aparecimento de grandes números de loteamentos.

Para Zmitrowicz e Neto (1997) a localização das atividades e equipamentos urbanos deve levar em consideração diversos fatores como: a) necessidade de espaços adaptados para as atividades urbanas, podendo inclusive fazer a reutilização de espaços que antes tiveram outra destinação, mas que no momento estão em desuso; b) a acessibilidade desses espaços, ou seja, a facilidade de acesso das pessoas a esses locais, “uma atividade não se desenvolve isolada na cidade: ela se inter-relaciona com uma série de outras atividades, e sem essas ligações ela não consegue subsistir” (ZMITROWICZ NETO, 1997,p. 1). Esse fator faz ligação direta com as vias e conseqüentemente com os transportes no sentido de deslocamento de pessoas, de todos os níveis sociais, desde quem utiliza transporte particular até quem usa transporte coletivo; c) os subsistemas de

infraestrutura devem apresentar capacidade de ampliação de sua utilização para evitar sobrecargas e precariedade no atendimento e finalmente d) quando se tratando de áreas residenciais, há a necessidade de instalação de “equipamentos sociais urbanos” (ZMITROWICZ NETO, 1997, p. 1) como creches, clubes hospitais, entre outros.

Dito isso, para os autores, infraestrutura se conceitua da seguinte forma:

um sistema técnico de equipamentos e serviços necessários ao desenvolvimento das funções urbanas, podendo estas funções ser vistas sob os aspectos social, econômico e institucional. Sob o *aspecto social*, a infra-estrutura urbana visa promover adequadas condições de moradia, trabalho, saúde, educação, lazer e segurança. No que se refere ao *aspecto econômico*, a infra-estrutura urbana deve propiciar o desenvolvimento das atividades produtivas, isto é, a produção e comercialização de bens e serviços. E sob o *aspecto institucional*, entende-se que a infra-estrutura urbana deva propiciar os meios necessários ao desenvolvimento das atividades político-administrativas, entre os quais se inclui a gerência da própria cidade (Zmitrowicz; Neto, 1997, p. 2).

Em síntese, a oferta de serviços considerados básicos para o desenvolvimento social demanda espaços ordenados para desenvolver atividades a proporcionar melhores condições de vida. Esses equipamentos podem, inclusive, extrapolar o limite de uma única cidade, podendo estar interligados a sistemas maiores, como por exemplo, grandes redes de abastecimento de água, transporte, comunicação e energia.

3.1.2 Qualidade de vida

Santos e Martins (2002), dizem que o conceito de qualidade de vida surge nos anos 60, mas o que predominava era uma análise do crescimento econômico da sociedade a partir do crescimento do PIB, se traduzindo num indicador de riqueza sem abordar outros aspectos que permitissem analisar o desenvolvimento da sociedade.

Quando começou a se pensar nesses aspectos, a investigação passou a ser ligada de forma direta aos indicadores sociais que ainda estavam em fase de testes. Para tanto, o conceito de qualidade de vida, atualmente, abrange particularidades

que vão desde temas mais materiais como a satisfação das necessidades humanas básicas até temas mais imateriais como segurança, envolve ainda questões objetivas e subjetivas que dizem respeito a percepção de cada indivíduo sobre a qualidade de vida, sobre o bem estar individual, assim como aspectos mais coletivos (SANTOS; MARTINS, 2002, p. 2).

É importante realçar essa ideia dos diversos aspectos abordados no conceito de qualidade de vida. De acordo com Herculano (2000), é possível notar três distintos âmbitos na análise da qualidade de vida. São eles:

1. O primeiro se refere à distinção entre aspectos *materiais* e *imateriais*. Os *materiais* dizem respeito a necessidades básicas para o ser humano e são aspectos de caráter físico e de infraestrutura, como por exemplo, as condições de moradia, sistema de saúde e educação, abastecimento de energia e água, entre outros. E os *imateriais* estão diretamente relacionados ao meio ambiente, ao patrimônio cultural, entre outros.
2. O segundo âmbito distingue aspectos *coletivos* e *individuais*. Sendo os *coletivos* ligados à oferta de serviços públicos e básicos; e os *individuais* relacionados com a condição econômica pessoal e familiar dos indivíduos.
3. E por último, o terceiro âmbito se refere a aspectos *objetivos* e *subjetivos*. O primeiro pode ser explicado de maneira quantitativa e o segundo a partir da percepção dos indivíduos a respeito de qualidade de vida, sendo muito importante a análise, já que essa percepção muda de pessoa pra pessoa, de classe social pra classe social.

Esses âmbitos se inter cruzam para que haja uma análise completa da situação de vida dos indivíduos nas cidades.

E a mensuração sobre a qualidade de vida, segundo Herculano, é feita de duas formas: 1) primeiramente examinam-se os recursos disponíveis para satisfazer um grupo social. Analisar, por exemplo, as condições hospitalares, quantidade de leitos e médicos disponíveis; analisar as condições ambientais pelo número de casas abastecidas com água potável, pela quantidade de área verde, entre outros; e 2) é avaliar a necessidade a partir do grau de satisfação das pessoas, traçando uma distância entre o que se deseja e o que se alcança.

Mas a autora afirma que

Em todos eles, devemos levar em conta que a definição do que é qualidade de vida variará em razão das diferenças individuais, sociais e culturais e pela acessibilidade às inovações tecnológicas. Dado ao efeito-demonstração, a diferença entre o que temos e o que queremos tende a existir sempre (HERCULANO, 2000, p.5).

3.2 Cidade Estrutural

A cidade Estrutural atualmente “abriga” o maior lixão a céu aberto (ativo) da América Latina¹⁴ e a discussão sobre sua desativação, amparada pela Lei Federal nº 12.305 de agosto de 2010, que institui uma Política Nacional de Resíduos Sólidos e determina a desativação de lixões e a construção de Aterros Sanitários, já perdura por vários anos.

Pela fala dos moradores, alguns que já trabalharam e outros que ainda trabalham, fica nítida a importância que o lixão teve em suas vidas. Algumas pessoas que vivem exclusivamente do dinheiro ganho a partir da reciclagem de materiais, tem esse dinheiro como único sustento para sua família. Há moradores que, na falta de emprego, buscam o lixão como algo emergencial, até que consigam algum emprego melhor.

Eu já vivi de lá, eu já me sustentei de lá. Eu tenho dois filhos, um de 20 e uma de 15, que eu tirei nosso sustento de lá por muito tempo, sabe? Depois eu tive um problema de pele e não pude mais ir. Mas foi fonte de renda e ainda é. [E a saída dele?] Colega, eu vou te dizer uma coisa, saindo o lixão aqui da Estrutural, muito pai de família vai padecer. Vai. Eu hoje tenho um filho que ficou desempregado e tá tirando o sustento de lá¹⁵.

A presença do lixão da Estrutural além de trazer diversos danos à saúde pela sua falta de planejamento locacional, visto que o mesmo faz fronteira com o Parque Nacional de Brasília e se dispõe muito próximo de casas, principalmente as construídas pelo PIVE – projeto citado anteriormente como uma política habitacional para a cidade.

¹⁴ Segundo alguns portais de notícias como o a BBC. Disponível em: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/03/160310_galeria_lixao_estrutural_pf. Acesso em 21 de novembro de 2016.

¹⁵ Entrevista concedida pela moradora M. V. da Cidade Estrutural. Em junho de 2016.

As pessoas acreditam que a remoção do lixão trará benefícios e limpeza para a cidade, além da diminuição do preconceito que pessoas que vivem em outras RA's tem com a Cidade Estrutural. Como na fala do morador D., das casas construídas pelo PIVE.

Mas assim, atrapalha também no crescimento da cidade. Assim, a cidade não consegue sair dessa coisa, né? Não se expande mais, nunca fica limpa. Você vê que a cidade não é igual as outras cidades. Aí o lixão atrapalha também, de negócio de sai ou não sai. Fica ou não fica¹⁶.

Porém, parece haver uma contradição implantada quanto a qualquer tentativa de regularização da área (o que pode, inclusive, tornar complexa a mudança estrutural do lixão), quando a área é importante curral eleitoral de políticos do Distrito Federal.

As “invasões” do Lixão (Estrutural) e do Varjão, em decorrência da nova posição do GDF por fixar as populações e não mais removê-las, e da ação de políticos, permaneceram e, inclusive, tomaram grande vulto. Não se falava mais em “erradicação de invasões”, pois a densidade da população localizada em assentamentos precários era computada, de maneira diretamente proporcional, ao número de votos (COSTA; PELUSO, 2016, p. 16).

Em termos de equipagem urbana, a Cidade Estrutural atualmente não dispõe de todos os serviços necessários de uma sociedade. Como afirma Milton Santos (2007, p. 63), morar na periferia é o destino dos mais pobres, então eles estão condenados a não apoderar-se de serviços públicos sociais ou utilizá-los de forma precária.

A gente não tem esgoto, a gente não tem água encanada, isso nós não temos, energia é gambiarra. O esgoto quando estoura escorre aí a céu aberto. Eles falam que não pode fazer essa infraestrutura aqui agora, segundo eles né? Porque não quer legalizar, porque se eles fizerem, tem que legalizar¹⁷.

¹⁶ Entrevista concedida pelo morador D. da Cidade Estrutural em junho de 2016.

¹⁷ Entrevista concedida pela moradora K. da Chácara Santa Luzia, em junho de 2016.



Figura 5 - Rua em Cidade Estrutural semelhante a algumas ruas da Chácara Santa Luzia. Jéssica Mendes, junho de 2016.

A cidade conta com apenas três escolas sendo essas de Ensino Fundamental I e II, não há oferta de Ensino Médio. Portanto a maioria dos alunos que buscam esse serviço necessita se deslocar para outras RA's, seja ela a de referência para a cidade que é o Guará ou uma das mais próximas que é o Cruzeiro. O governo oferta para algumas famílias o serviço de transporte gratuito¹⁸, porém, quem não faz uso, se arrisca por outros meios.

Colega, a educação, primeiro lugar qual é aquele colégio que tá interditado? Classe 1. Dinheiro perdido. Tem muitas crianças aqui que estudam no Guará e no Cruzeiro, sabe. O colégio tem uns dois anos que tá interditado, tem mais de dois anos. O governo não resolve. Crianças vão no ônibus escolar aqui lotado. A educação aqui na Estrutural não é lá essas coisas não. [...] Em tempo de fazer matrícula, a fila dobra isso aqui [apontando para o muro da escola], porque não acha vaga pelo telefone. Quem não consegue pelo telefone faz é dormir aqui¹⁹.

No quesito saúde, quando questionados sobre hospital, a maioria dos moradores afirma buscar atendimento em outros locais, pois a cidade conta com apenas um posto de saúde e que geralmente não atende todas as especialidades. Geralmente buscam atendimento nas UPA's –Unidade de Pronto Atendimento- e/ou o Hospital Regional do Guará.

¹⁸ Não há informações de como são feitas as seleções das famílias.

¹⁹ Entrevista concedida pela moradora M.V. da Cidade Estrutural, em junho de 2016.

Não há uma preocupação do Estado em fazer o esgotamento de águas pluviais, fazendo com que a água fique acumulada nas ruas sendo chamativos para doenças. Como mostra a figura abaixo.



Figura 6 - Rua em Cidade Estrutural. Jéssica Mendes, junho 2016.

Abaixo um mapa elaborado pela CODEPLAN que representa os equipamentos públicos que estão dispostos pela cidade. Nota-se que toda a infraestrutura que é disponível para os moradores se concentram distantes da área de estudo, inclusive distante de várias quadras da cidade. Ficando concentrados apenas no que é considerado como centro.

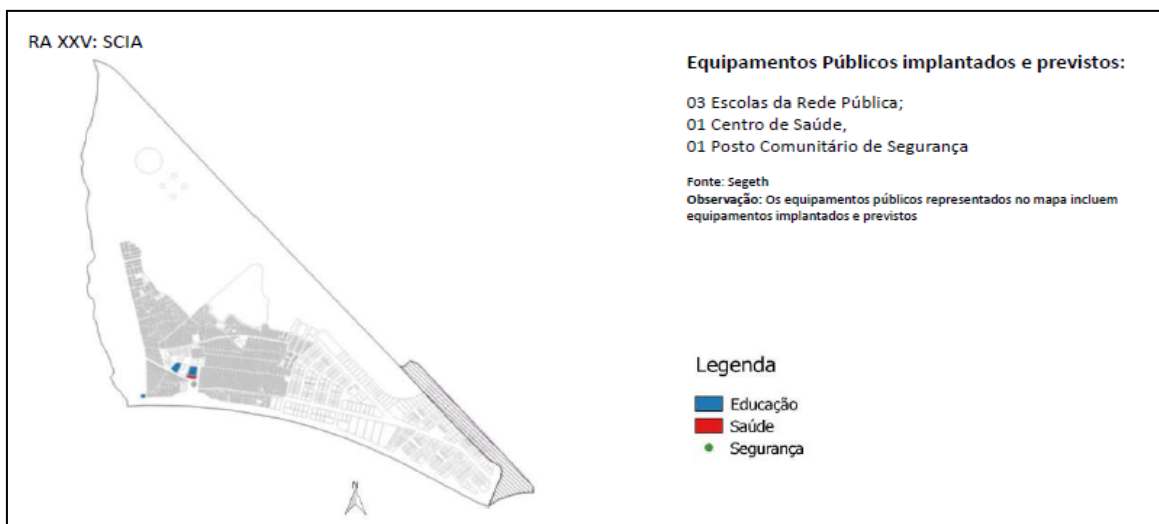


Figura 7 - Fonte: Elaboração DEURA/CODEPLAN a partir de base de dados da SEGETH 2015/ Poligonal definida de acordo com a PDAD. Representa os equipamentos públicos dispostos na Cidade Estrutural.

Dentre os múltiplos problemas de infraestrutura urbana da Cidade Estrutural, é bom reforçar que 72,5 % dos seus terrenos são irregulares; é revelador o fato de que a RA apresenta alta porcentagem de domicílios com água encanada (em ao menos um cômodo) e conexão à rede coletora de esgoto ou pluvial. Porém, será a Estrutural a apresentar maiores índices de domicílios com fossas rudimentares e/ou não conectadas à rede coletora de esgoto (COSTA; PELUSO, 2016).

Por fim, o estigma social é outro enfrentamento da população da Cidade Estrutural, para além de sua dimensão física, como se entende pela avaliação seguinte,

A cidade Estrutural aparece vulnerável por dimensões que os dados oficiais pouco ou nada denunciam. O espaço vivido e percebido pelos moradores é denunciado como violento (menos que nas últimas duas décadas), estigmatizado (a partir de outros locais), carente de infraestrutura (apesar das melhoras), um locus privilegiado da política de controle ou domínio dos votos de cabresto e lugar de muitas passadas “guerras” pela posse da terra, fixação na terra distante e moradia (COSTA, PELUSO, 2016, p. 24).

3.3 O caso da Chácara Santa Luzia

A Chácara Santa Luzia é reconhecida para os moradores da Estrutural e para

moradores de outras regiões como um local muito precário e perigoso. Isso faz com que a infraestrutura não chegue até seus habitantes, também por uma estratégia urbanística, uma vez que favorece a renda diferencial da terra em outros locais. O transporte coletivo que atende toda a população da cidade deixou de circular nas ruas da ocupação por motivos de segurança. Vários assaltos acometeram os ônibus e colocaram outros moradores em perigo. Isso tudo favorece entender que a violência se generaliza, inclusive, pela ação ou inércia do Estado.

O Estado onipotente assegura o controle social por intermédio da violência; mantém seu aparato repressor para conter “desordens”, caso dos relatos de moradores da Estrutural, os quais denotam os embates pela “conquista” de seus lotes ou manutenção de suas moradias – a “guerra” se estabeleceu e ficou, incontestemente, no imaginário coletivo. A população periférica fica sujeita a processos de expropriação, em terras que comportam várias formas de negócios irregulares, do ponto de vista da operação do capital e do poder político (COSTA; PELUSO, 2016, p.25).

A violência urbana é uma questão polêmica, onde quem vive no centro da capital possui uma visão muito preconceituosa de todas as cidades satélites. No Plano Piloto, por ser um espaço privilegiado e dotado de serviços públicos, necessita de policiamento presente em decorrência da violência, assaltos e sequestros (PAVIANI, 2005, p. 196).

Essa violência, tanto na Chácara Santa Luzia como em vários outros lugares, ocorre quando, no processo de urbanização, os setores mais privilegiados detêm o poder de restringir a expansão do mercado de trabalho. A mudança necessária para essa questão é que ocorra uma descentralização das estruturas urbanas que possam criar postos de trabalho, para que os espaços que serviam para abrigar “favelados” sejam valorizados (PAVIANI, 2005, p. 197).

Os moradores vivem em meio à falta de infraestrutura mínima para a sobrevivência, porém como afirma Lefebvre (2001), esta acaba sendo uma única opção para essa classe que vive às margens das políticas do governo.

Para a classe operária, rejeitada dos centros para as periferias, despojada da cidade, expropriada assim dos melhores resultados de sua atividade, esse direito tem um alcance e uma significação particulares. Representa para ela ao mesmo tempo um meio e um objetivo, um caminho e um horizonte [...] (LEFEBVRE, 2001, p. 139).

A água que consomem vem de ligações clandestinas e ocasionam inúmeros vazamentos pelas ruas, deixando-as um completo lamaceiro. Outra opção para o abastecimento de água é a perfuração de poços. Porém, é sabido por todos que o lixão, o qual faz fronteira com o lugar, contribui substancialmente para o acúmulo de substâncias poluidoras no subterrâneo, fazendo com que a água retirada dos poços seja imprópria para o consumo. O mesmo acontece com a energia elétrica, a distribuição clandestina de energia causa diversos transtornos como inúmeros incêndios que se alastram pelo assentamento, visto que a maioria das residências ainda é construída com madeira.

É o que mostra um estudo urbano feito pela CODEPLAN:

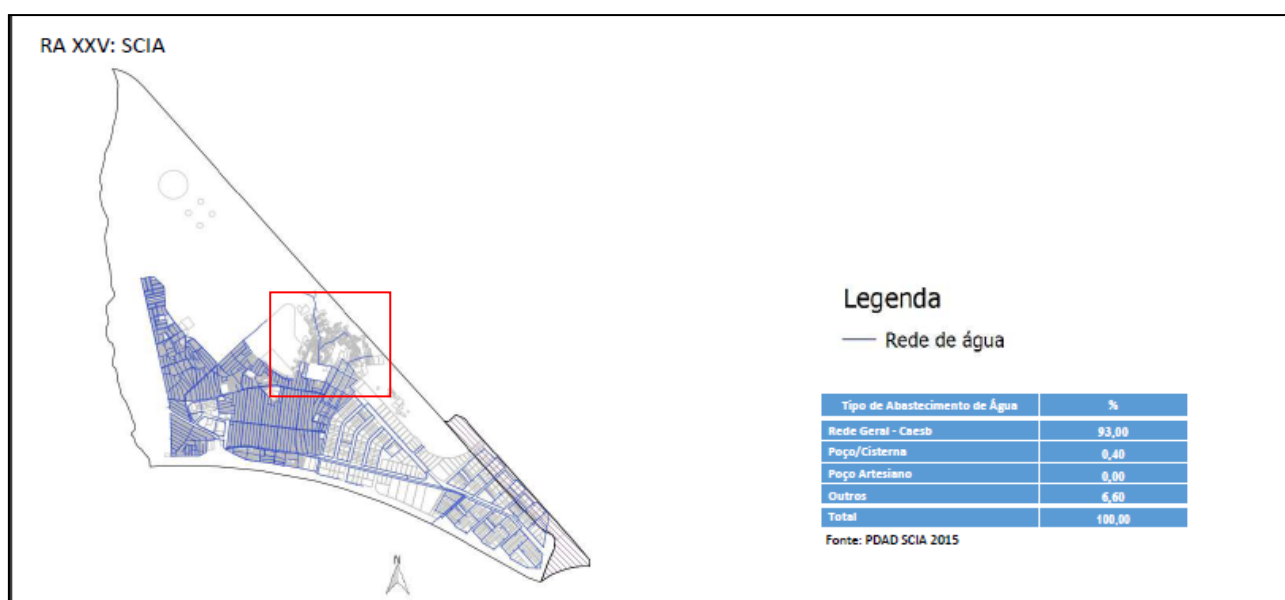


Figura 8 - Fonte: Elaboração DEURA/CODEPLAN a partir de base de dados da SEGETH 2015/ Poligonal definida de acordo com a PDAD. Em destaque (grifo meu) representa a área de estudo e seu abastecimento de água.

Esse mapa busca mostrar a distribuição do abastecimento de água em toda a Cidade Estrutural, esse abastecimento é dividido em quatro tipos, mas apenas três são presentes na RA. São eles: a rede geral que é feita pela Caesb, poços e cisternas que em geral são autoconstruídos e “outros” que não é explicitado pelo estudo, mas que empíricamente, em conversa com os moradores, podem ser as ligações clandestinas.

[...] as pessoas precisam de água, então a gente pega água, não é o certo, né, do jeito certo que tem que pegar. Mas se eles dessem um jeito de pelo menos fornecer água pra gente (Mas de onde vem a

água?) Rapaz, o pessoal faz umas ligação na bagaceira ali. Em cima ali. Faz umas ligação e manda água pra todo mundo aqui dentro. Tem gente que tem poço na verdade, mas lá pra dentro tem uma galera que consegue cavar um poço e tem água²⁰.

É possível notar que na área da Chácara Santa Luzia, de acordo com esse mapa, há uma pequena porcentagem que é abastecida por rede de água, porém o estudo não deixa claro o tipo de rede que está presente no local, mostrando a falta de preocupação em disponibilizar uma informação que possa ser usada para inferir as fragilidades existentes.

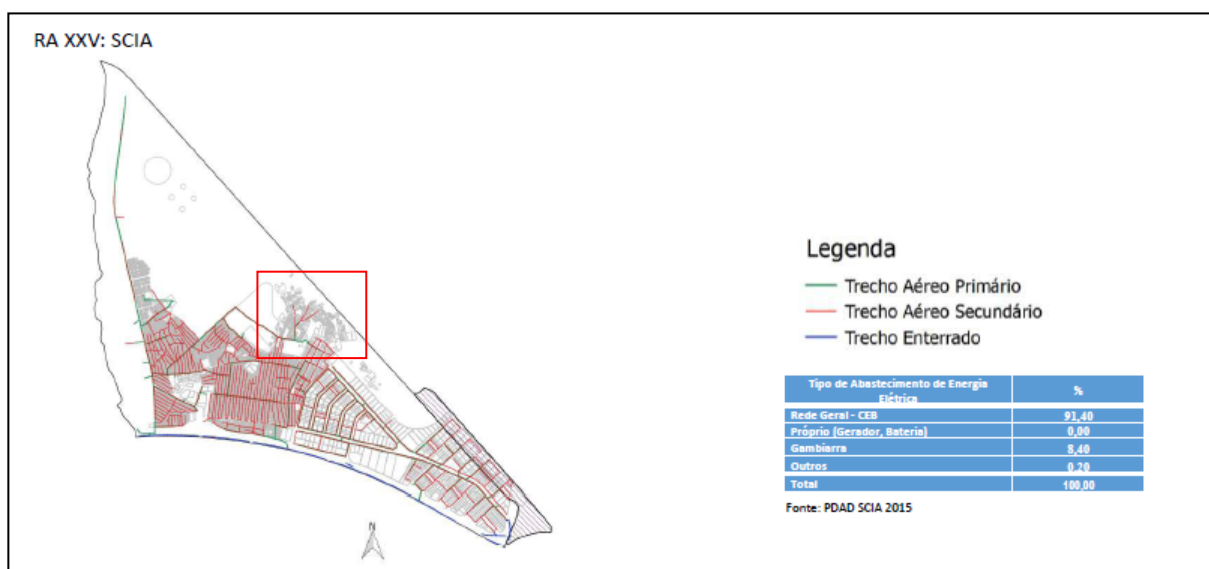


Figura 9 - Fonte: Elaboração DEURA/CODEPLAN a partir de base de dados da SEGETH 2015/ Poligonal definida de acordo com a PDAD. Em destaque (grifo meu) representa a área de estudo e seu abastecimento de energia.

Do mesmo modo, a energia elétrica não atende a maioria dos moradores da Chácara e inclusive algumas quadras que não fazem parte da ocupação. Assim como acontece com a rede de abastecimento de água, o estudo não mostra o tipo de abastecimento de energia que atende a área de estudo, apenas esclarece que é um “trecho aéreo secundário”. Em conversa com os moradores, também relataram que não pagam energia elétrica na Chácara Santa Luzia, pois, na negligência do governo, buscam meios para que consigam obter energia em suas casas, geralmente por meio de gambiarras.

²⁰ Entrevista concedida pela moradora K. da Chácara Santa Luzia, em junho de 2016.

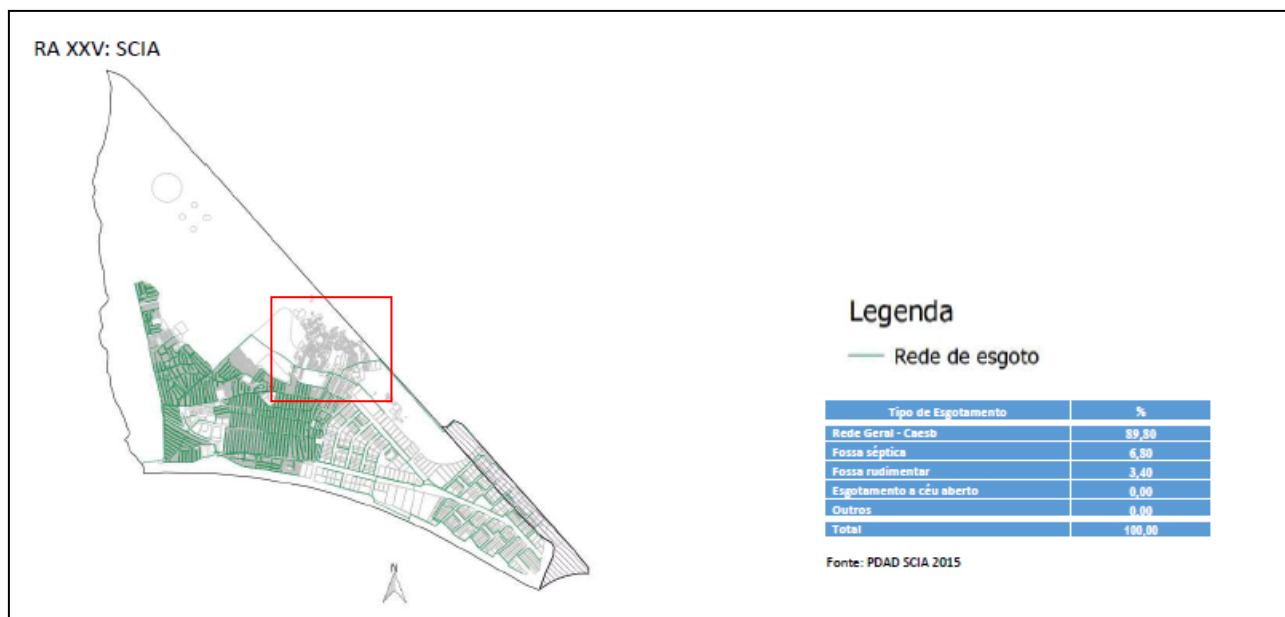


Figura 10 - - Fonte: Elaboração DEURA/CODEPLAN a partir de base de dados da SEGETH 2015/ Poligonal definida de acordo com a PDAD. Em destaque (grifo meu) representa a área de estudo e sua rede de esgotamento.

A porcentagem de quadras na Cidade Estrutural que possuem a rede de esgoto implantada pela Caesb ainda é menor que outros tipos de infraestrutura (água e energia, por exemplo). Na Chácara Santa Luzia pouquíssimas quadras possuem rede de esgoto e como nos outros mapas, a Codeplan não se preocupou em especificar o tipo da rede que é presente na área. Também em conversa com os moradores, a meio que eles usam é a fossa séptica ou não possuem e o esgoto fica a céu aberto.

Possuir uma residência não é o suficiente para que uma pessoa consiga sobreviver, o direito à cidade vai além de ter uma habitação. As pessoas possuem igual direito de desfrutar de bens e serviços que não dizem respeito a apenas ter um teto para se proteger, um lugar para ficar. Assim como afirma Lefebvre (2001)

A essas necessidades antropológicas socialmente elaboradas [...] acrescentam-se necessidades específicas, que não satisfazem os equipamentos comerciais e culturais que são mais ou menos parcimoniosamente levados em consideração pelos urbanistas. Trata-se de uma atividade criadora, de obra (e não apenas de bens e produtos materiais consumíveis), necessidades de informação, de simbolismo, de imaginário, de atividades lúdicas (LEFEBVRE, 2001, p. 105).

O histórico dos moradores da Chácara Santa Luzia é de muita luta e resistência diante da investidas do governo em remover (sem se preocupar em

realocar) as famílias que ocuparam a região. Investidas apoiadas em discursos ambientalistas de que a localidade era muito próxima ao Parque Nacional de Brasília e ao aterro “controlado”. Mas que na verdade é só mais uma maneira de tentar afastar a pobreza das proximidades do centro de poder da capital. O fato é que ninguém sabe explicar o porquê do poder público depositar dejetos no mesmo local desde antes a inauguração da capital Brasília. . Em estudo atinentes ao que denominaram *situação territorial vulnerável* na capital do Brasil, Costa; Peluso (2016, p.26), asseguram que,

Viver as agruras da vida cotidiana em um lugar tomado pela pobreza não cega o sujeito quanto a recortes espaciais da abonaça, do privilégio e da política exclusivista. Se todos os lugares são políticos do ponto de vista do ser dominado que deve resistir para existir, há aqueles cujo imaginário coletivo sugere o locus operandi objetivo da política dominante e dos dominantes, é o caso do trânsito perceptivo que os relatos demarcam entre a Estrutural e o Plano Piloto de Brasília (COSTA; PELUSO, 2016, p. 26).

Diante de diversas remoções e pela baixa renda, as pessoas em sua maioria possuem casas autoconstruídas e de maneira improvisada resistem no local exercendo seu direito à residir próximo ao Plano Piloto.

Assim, essas moradias improvisadas, onde se quer apresentam alguma segurança, tanto no âmbito das imprevisibilidades ambientais tanto no que tange a regularização apresenta, para esses ocupantes, alguma esperança de poder fazer parte/ residir no Distrito Federal.

Os que vivem em nossas casas improvisadas nas pontas de rua ou se acotovelam nos cortiços, os que vivem o dia-a-dia da ocupação provisória ou mal paga, os que não têm um amanhã programado, são, afinal, os que têm direito à esperança como direito e ao sonho como dever. Não são devaneios irresponsáveis, porque se incluem num projeto que o mundo autoriza (SANTOS, 2007, p. 85).

A produção de habitações necessita de um leque variado de matéria-prima, o que acarreta uma complexa rede de agentes que controlam o valor da terra urbana. Essa mercadoria – a habitação – cada vez mais depende da dinâmica do grande capital. Isso resulta em produzir a habitação que se adéqua a um padrão social mais específico, causando cada vez mais um estancamento de pessoas que precisam de

alguma forma se reproduzir na cidade (KOWARICK, 1979, p. 56).

A autoconstrução (como vista na figura 11) surge como um meio de subsistência que de alguma maneira rebaixa o custo de produção permitindo que os trabalhadores excluídos do centro produzam a sua moradia.

Ademais, principalmente nas cidades, o “problema” habitacional está diretamente atrelado ao fornecimento de bens de consumo coletivo, no qual a função do Estado tem ganho crescente importância, pois os investimentos públicos são cada vez mais responsáveis por este componente também básico da reprodução da força de trabalho. [...] os investimentos públicos também sob este ângulo aparecem como fator determinante no preço final das moradias, constituindo-se um elemento poderoso que irá condicionar onde e de que forma as diversas classes sociais poderão se localizar no âmbito de uma configuração espacial que assume, em todas as metrópoles brasileiras, características nitidamente segregadoras (KOWARICK, 1979, p. 57).

Abaixo uma imagem que retrata a precariedade das moradias que as pessoas da Chácara possuem. Casas feitas com restos de materiais e que pouco os assegura das impreviões do tempo, que não os passam segurança em relação à violência que é muito citada por moradores da Cidade Estrutural.

As pessoas daqui mesmo fala “Ave Maria, lá é um perigo pra gente entrar”. Outro dia minha nora foi trabalhar ali e foi assaltada as duas horas da tarde, sexta passada²¹.

As ruas não possuem pavimentação e não são bem organizadas ao longo da ocupação, existindo residências que de algum modo fecham as ruas e não permitem, por exemplo, a passagem de veículos.

²¹ Entrevista concedida pela moradora M.P. da Cidade Estrutural, em junho de 2016.



Figura 11 - Barracos em Chácara Santa Luzia. Jéssica Mendes, junho 2016.



Figura 12 - Parque Urbano. Jéssica Mendes, junho 2016.

A Cidade Estrutural não possui muitas opções públicas de lazer no sentido de proporcionar para os moradores um momento de descanso e diversão. Os poucos equipamentos que estão presentes, são vandalizados pelos próprios moradores e

transformados em pontos de encontro para usuário de drogas.

A figura acima mostra o que sobrou de um Parque Urbano elaborado pela Secretaria de Meio Ambiente do Distrito Federal, que tinha como objetivo oferecer para a comunidade pistas para caminhada, equipamentos de ginástica entre outros. Porém, de acordo com os moradores, o Parque se encontra abandonado, sem manutenção das pistas e as pessoas tem medo de frequentar por causa do constante número de pessoas que fazem uso de drogas ilícitas no local.

Eles fizeram esse parque aqui desse tamanho, com uns brinquedos ali, mas o pessoal mesmo destruiu. [...] Não tem guarda mais, porque esfaquearam o guardinha. Aí você vai fazer uma caminhada e é cheio de noiado de baixo das árvores. É doida, é?! Não tem nem como ter lazer aqui de nada. Aqui não tem não²².

A Vila Olímpica faz parte de um projeto elaborado e desenvolvido pela Secretaria de Esporte e Lazer do DF e disponibiliza serviços como natação, hidroginástica, futsal, entre outros esportes em diversas RA's e tem como objetivo colaborar para a melhoria da qualidade de vida da população que é atendida pelo serviço, porém, a população da Cidade Estrutural reclama da falta de um hospital ou até mesmo um médico no posto de saúde da comunidade, para disponibilizar atestados para que as crianças e adultos possam lograr da oferta.

Em busca de diversão, os moradores geralmente se deslocam para outros locais, principalmente no Plano Piloto, como o Parque da Cidade. Porém, quem não tem condições de pagar por esses bens acaba ficando excluídos desses serviços que deveriam ser públicos, pois são considerados essenciais (SANTOS, 2007).

Para Harvey (2009, p. 269), o direito a cidade é também o direito de transformar a cidade de modo radical. O histórico das cidades é de serem movidas pelo capital e não por pessoas. Os ocupantes da Chácara Santa Luzia não se sentem seguros em relação a sua permanência no local devido ao histórico de desocupações forçadas.

A classe que habita as áreas que não são regularizadas pressiona o governo para realizar melhorias nas infraestruturas das áreas, o governo a fim de preservar e/ou garantir sua continuação no poder, executa algumas obras, mas sem levar em

²² Entrevista concedida pela moradora K. da Chácara Santa Luzia, em junho de 2016.

consideração diversos fatores como, por exemplo, se a área oferece algum risco natural para a população (MARICATO, 1996).

Os moradores da Santa Luzia, assim como os moradores da Estrutural como um todo, se sentem segregados em relação às outras cidades satélites. Acusam as pessoas de preconceito, principalmente pela presença do lixão na cidade.

Quando fala nessa cidade aqui o corpo deles arrepiam. Porque eles falam pra mim, né? 'Tu mora na Estrutural? Mas você é corajosa. Tu morar numa cidade daquela que só tem bandido'²³.

Além do preconceito das pessoas que moram em outras RA's, os moradores da Chácara Santa Luzia se sentem excluídos em relação à própria Estrutural – uma segregação e estigma dentro de uma ampla área também segregada e estigmatizada, o que revela escalas do acontecer espacial periférico. Os moradores da área mais valorizada da cidade os veem com desdém e se negam a reconhecer que a gênese da Cidade Estrutural foi uma ocupação com os mesmos objetivos da Santa Luzia.

[Como faz pra chegar na Santa Luzia?] Colega, você tem certeza que quer ir lá? [É longe?] A questão não é ser longe, a questão é o perigo. Mas Deus tá contigo. Olha nem o pessoal da igreja tão indo lá. Colega, eu te digo uma coisa, lá tem gente boa, mas tem gente ruim. E lá é perigoso. O pessoal de lá tá vindo pra cá... E mais uma coisa, é pior no final de semana. [Por que?] Porque lá é pior, principalmente quando é gente estranha. Eu não to amedrontando vocês não. Eu to falando a realidade²⁴.

Uma pista (como mostra a figura abaixo) em que os caminhões usam para chegar até o lixão e também para deixá-lo serve como uma fronteira imaginária que separa a Cidade Estrutural da Chácara Santa Luzia.

Muitos aqui da invasão lá do começo da Estrutural tem preconceito com nós aqui. Por nós somos da Estrutural. Porque nós estamos favela aqui ainda. Olha, teve uma audiência pública que ficou decidido que ia abrir ruas, que não ia asfaltar, mas iam planar as ruas direitinho. O pessoal de lá [do começo da Estrutural] fizeram um

²³ Entrevista concedida pela moradora F. da Cidade Estrutural em junho de 2016.

²⁴ Entrevista concedida pela moradora M. V. da Cidade Estrutural, em junho de 2016.

abaixo assinado pra parar aqui. Aí parou. Você acredita? Porque quando acontece alguma coisa aqui, a gente fecha a pista, faz o diacho a quatro aqui, né? “Ai, eles só ficam quebrando as coisas, fechando pista”. Só que esqueceram que eles também faziam isso? Eles faziam a mesma coisa. Agora, porque eles estão mais sossegados. Igual eles tinham o direito de brigar, nós tem também. Apesar que tá difícil hoje, né, ficar²⁵.



**Figura 13 - Fronteira imaginária entre Cidade Estrutural (direita) e Chácara Santa Luzia (esquerda).
Jéssica Mendes, junho 2016.**

Para essas pessoas que são segregadas das dinâmicas capitalistas que ocorrem no centro do Distrito Federal, a única opção que lhes restam é ocupar uma área que os pertence por direito. E para todos os efeitos, a Lei que estabelece diretrizes para o uso da terra urbana é clara em seu Art. 2º, incisos I e II

Art. 2º A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais:

I – garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações;

²⁵ Entrevista concedida pela moradora K. da Chácara Santa Luzia, em junho de 2016.

II – gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano;

As pessoas que habitam a Chácara Santa Luzia, ocupantes irregulares da terra urbana sofrem opressões geradas pela sociedade e pelo Estado e vítimas de violência que aparecem de forma explícita no dia-a-dia: desemprego, baixa qualidade de vida, baixa renda. Mesmo sem o compromisso com o debate da vulnerabilidade, o que foi identificado nessa pesquisa favorece pensar aquilo que Costa; Peluso (2016, p. 20) denominam como *situação territorial vulnerável*, ao envolver, também, essa área estudada.

A situação territorial vulnerável, entendida como a resultante (concreta e em mutação permanente) das ações que levam à precarização ou à valorização relacionais da vida espacial, é pensada, categorizada e mesmo instituída por meio de comparações, de maneira que o território da vulnerabilidade faz-se para o coletivo como singular e, por vezes, estigmatizado; é encarado como locus da violência, das drogas, da prostituição etc. Dados oficiais, estatísticos e a leitura da mídia, na maioria dos casos, são incapazes de capturar os sentidos sociais mais diversificados que esses territórios trazem para sua população. Não se deve negligenciar que um território tido por vulnerável socioeconomicamente seja representativo da cultura, da identidade ou de uma história local, regional e nacional ou mesmo de afetividades espaciais. Cada caso urbano singulariza a relação entre a realidade material oriunda de uma vida econômica de relações em escala macro, a constituir territorialidades mais gerais, frente a peculiaridades de uma apropriação simbólica deste mesmo território, em menores escalas, pelos seus membros. Definidos os territórios de vulnerabilidade, suas escalas de análise e os grupos sociais ou edificações em piores situações, faz-se necessário integrá-los às diferentes práticas de gestão pública (COSTA; PELUSO, 2016, p. 20)

A luta pela permanência das pessoas que moram na Chácara Santa Luzia não diminui conforme passa o tempo ou conforme o Estado afirma que a área em que estão alocados (resistindo) faz parte da Área de Proteção Permanente do PNB. O discurso da preservação ambiental é extremamente relevante e necessita ser debatido, visto que cada vez mais a degradação ambiental se faz presente, mas é preciso do mesmo modo considerar as especificidades de cada lugar, assim como afirma Santos (2008):

A rede urbana é cada vez mais diferenciada, cada vez mais complexificada; cada cidade e seu campo correspondem por

relações específicas, próprias às condições novas de realização da vida econômica e social, de tal maneira que toda simplificação no tratamento dessa questão deve ser superada (SANTOS, 2008, p. 53).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O aparecimento de ocupações irregulares sustentado na exclusão das classes menos favorecidas é reflexo de esquecimento estratégico do Estado em investir em políticas públicas de promoção de moradia e acesso à bens públicos de saúde, lazer, segurança. Serviços que façam com que as pessoas tenham uma vida com mais qualidade.

A área estudada é um exemplo marcante da falta de preocupação com essa classe, que estando inserida em uma RA que possui um histórico de resistência para garantir seu acesso à terra, é omitida de aparatos públicos.

Para seus moradores, o Plano Piloto ainda é uma referência para a disponibilidade desses serviços. É visto como uma centralidade civilizada que margeia a perfeição onde as práxis acontecem.

A exclusão dessas pessoas dos aparatos públicos serve como um impulso para lutar pelo seu direito à cidade e à moradia. Porém, nos moradores da Cidade Estrutural, essa luta causou um ruído que muitos ainda tem dificuldades de esquecer. Quando da luta violenta que enfrentaram com policiais em que diversas pessoas foram feridas, quando não viram pessoas muito próximas perderem suas vidas.

Ainda hoje o efeito do lugar em que reside fica muito marcado na população da RA XXV, pois quando uma pessoa é chamada de morador da Cidade Estrutural por apresentar os pés sujos terra, fica claro o perfil estereotipado das pessoas que realmente habitam, que vivem na cidade.

Ainda que muitas pessoas necessitem do lixão para sobreviver, muitas ainda tiram seus sustentos de empregos ou subempregos localizados no Plano Piloto e para Milton Santos (2007), não é só o local de trabalho algo tangível, mas sim toda a cidade, e todas as atividades e equipagem urbana que a mesma oferece, do mesmo modo que Lefebvre (2001) propõe, que o direito à cidade se estende para um vida decente, independente do lugar que resida; é ter direito a serviços básicos à sobrevivência.

As desigualdades territoriais sustentam uma falsa democracia da sociedade brasileira, pois é necessário que todos os cidadãos sejam tratados de modo igual,

independente do lugar que habitam. É necessário que se garanta que as pessoas sejam tratadas como cidadãos de modo integral, onde os bens públicos não sejam apenas privilégio dos bem localizados, pois atualmente o que se nota é que o valor do cidadão depende do lugar onde ele está (SANTOS, 2007).

E como afirma Lefebvre (2001), as segregações que de alguma forma modificam no sentido morfológico e ameaçam a vida urbana dos cidadãos, não podem ser justificadas por efeitos locais. O caráter democrático de um governo é definido pela sua relação e atitude com a cidade, tem relação com a liberdade e realidade urbanas.

Há a necessidade de se desfazer esses limites imaginários entre as Regiões Administrativas do Distrito Federal, para que haja uma maior dispersão dos recursos. Estes, quando destinados para as regiões mais carentes, não suprem nem as necessidades básicas do cidadão, como saúde e segurança.

O carinho que as pessoas sentem pelo lugar que residem, e o valor que dão para suas casas, mesmo que autoconstruídas se tornam combustíveis para a luta diária pela regularização de toda a Cidade Estrutural.

[Sente vontade de se mudar?] Você briga comigo. Falar de me mudar da Estrutural eu brigo. Não, colega, porque aqui ó, a minha casa é meu paraíso. É meu lar. Foi o lugar que eu tive sossego foi aqui na Estrutural. O meu barraco... o meu barraco não, a minha mansão. Foi um lugar que me acolheu. É o meu lar. Então nem pensar. Me deixe quietinha no meu lugar. É melhor alguém falar "Vitória, vambora reformar seu barraco?". Mas mudar não²⁶.

A área que hoje é esquecida pelo governo e pelas classes com rendas mais elevadas, num futuro muito próximo, poderá ser uma região administrativa que concentra grandes bens e serviços, dada sua localidade muito próxima do centro, empurrando cada vez mais os pobres para longe da Capital da esperança.

Sabe o que eu acho engraçado? Muita gente fala "Ai, eu prefiro Ceilândia do que morar na Estrutural". Gente, nós estamos no Plano Piloto. Não é verdade? Pra mim representa muita coisa, sabe por quê? Porque eu praticamente to no centro de Brasília. Eu gasto, de carro, 10 minutos pra estar no Plano Piloto. E os que vem da Ceilândia gasta não sei quanto e critica o povo que mora aqui. Aí eu acho que representa muita coisa pra mim, porque eu to no centro de Brasília. Eu creio que futuramente, a gente que é mais fraco de situação não vamos continuar aqui. Porque eu acho que futuramente quando tiver tudo legalizado direitinho, deixar de ser favela, o IPTU vai ficar muito caro. Porque igual no Plano Piloto, é caro as coisas²⁷.

²⁶ Entrevista concedida pela moradora M. V. da Cidade Estrutural, em junho de 2016.

²⁷ Entrevista concedida pela moradora K. da Chácara Santa Luzia, em junho de 2016.

Mas não basta que cheguemos a essa conclusão, é preciso impelir esforços em descobrir e entender as especificidades de alguns grupos sociais em suas dimensões urbanas.

A chácara Santa Luzia pouco se difere da Cidade Estrutural, até porque é parte da cidade, mas em se tratando de equipamentos públicos não tem traços únicos. A diferença é a consolidação. A ocupação não é regularizada porque faz parte de uma área protegida pela lei ambiental, mas há que criar alternativas para essas pessoas, pois a Legislação Ambiental não anula o Estatuto da Cidade que garante moradia.

Os moradores antigos da Cidade Estrutural não reconhecem a Chácara Santa Luzia como pertencente da Região Administrativa, mesmo estando inserida no mesmo limite. Fazendo-os se sentirem segregados em relação ao próprio território.

Essa exclusão das práxis que ocorrem na cidade causa uma exclusão também na utilização dos espaços públicos, fazendo com que as famílias residentes da chácara passem por necessidades específicas para viverem.

Lefebvre (2001) questiona se as necessidades da cidade e da vida, na verdade, não seriam necessidades de lugares qualificados e de encontros, lugares onde as trocas não fossem realizadas apenas no sentido do comércio e do lucro.

É preciso se atentar para as lacunas e conflitos de conteúdo que estão presente nas legislações urbana e ambiental. Se não é aceitável regularizar loteamentos irregulares por não se adequarem aos requisitos legais exigidos, então não consideram a realidade de que há uma problemática vigente de falta de moradia, o que ocasiona uma falta de acesso aos aparatos públicos de infraestrutura e equipagem urbana já que esses não chegam a áreas irregulares.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BORGES, W. A.; ROCHA, M. M. . A compreensão do processo de periferização urbana no Brasil por meio da mobilidade centrada no trabalho. *Geografia (Rio Claro)*, UNESP - Rio Claro, v. 29, p. 383-400, 2004.

BRASIL. Estatuto da Cidade: Lei 10.257/2001 que estabelece diretrizes gerais da política urbana. Brasília, Câmara dos Deputados, 2001, 1a Edição.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Ed. 34/Edusp. 2000.

CAMPOS, Neio. A Segregação Planejada. In: PAVIANI, Aldo. *A conquista da cidade*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010 (p.109 – 129).

CHETRY, Michael. Os conceitos da metrópole latino-americana contemporânea. *E-metropolis*, São Paulo, v. 16, n. 5, março 2014.

COSTA, E. B.; FERREIRA, T. A. Planejamento urbano e gestão de riscos: vida e morte nas cidades brasileiras. *Olam: Ciência & Tecnologia (Rio Claro. Online)*, v. 10, p. 171-196, 2011.

COSTA, E. B.; PELUSO, M. L. . Territórios da memória candanga na construção da capital do Brasil (1956-1971). In: XIII Simpósio Nacional de Geografia Urbana (UERJ), 2013, Rio de Janeiro. *Ciência e ação política: por uma abordagem crítica*, 2013. p. 1-22.

COSTA, Everaldo Batista da; PELUSO, Marília Luiza. Imaginário urbano e situação territorial vulnerável na Capital do Brasil. *Biblio 3W. Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales*. [En línea]. Barcelona: Universidad de Barcelona, 2016, <http://www.ub.edu/geocrit/b3w-1151.pdf>

COSTA, E. B.; STEINKE, V. A.. Brasília meta-síntese do poder no controle e articulação do território nacional. *Scripta Nova (Barcelona) JCR*, v. 44, p. 1-27, 2014.

COSTA, Graciete G. da. A cartografia dos planos diretores do Distrito Federal. In: 1º Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica - Passado presente nos velhos mapas: conhecimento e poder. Paraty, 2011.

COSTA, Lúcio (1987). *Brasília Revisitada*. Brasília, Diário Oficial do Distrito Federal, n.194.

COSTA, Terezinha Sant'ana de Oliveira. Participação cidadã: poder, conquista ou negação? O caso da Estrutural/DF. 2011. 84 f. (Monografia). Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Distrito Federal, 2011.

DAVIS, M. Planeta favela. Tradução Beatriz Medina. São Paulo: Boitempo, 2006.

DISTRITO FEDERAL. Companhia de Planejamento do Distrito Federal. Estudos Urbanos - 2015. Brasília. 2015.

DISTRITO FEDERAL – Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação. Modelo de gestão estratégica do território do Distrito Federal. Brasília: Metroquattro Arquitetura Tecnologia, 2004. 176 p.

DISTRITO FEDERAL. Companhia de Planejamento do Distrito Federal. Pesquisa Distrital Por Amostras de Domicílios - 2015. Brasília. 2015.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente. Plano Físico e Social de Relocação e Reassentamento das Famílias Beneficiárias do Projeto Integrado Vila Estrutural, 2008. Disponível em:< http://www.codhab.df.gov.br/paginas/ditec/ditec_02_estrutural.html>. Acesso em: 20/05/2016.

HARVEY, David. Alternativas ao neoliberalismo e o direito à cidade. Novos cadernos NAEA. v. 12, n. 2, p. 269-274, dez. 2009.

HERCULANO, Selene; PORTO, M. F. S. (Org.) ; FREITAS, Carlos Machado de (Org.) . Qualidade de Vida e Riscos Ambientais. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2000. 334p .

KOWARICK, Lucio. A espoliação Urbana. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LEFEBVRE, Henri. O Direito à cidade. São Paulo: Centauro, 2001. p. 105-108; p. 137-141.

LENCIONI, Sandra. Observações sobre o conceito de cidade e urbano. GEOUSP – Espaço e Tempo, São Paulo, n.4, p. 109-123, 2008.

LESSA, Temízia Cristina Lopes. O migrante e a formação de territórios no Distrito Federal: o caso da Estrutural, o espaço construído no contexto do lixo. 2014. 140 f., il. Dissertação (Mestrado em Geografia)—Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

MARICATO, Ermínia. Entre o legal e o ilegal – mercado e escassez. In:_____. Metrópole na periferia do capitalismo. São Paulo: Hucitec, 1996. Parte II, p. 54-70.

MORAES, Antonio Carlos Robert e COSTA, Wanderley Messias. Geografia crítica: a valorização do espaço. 2º ed. São Paulo: Hucitec, 1987.

MOTTA, D. M. (org.); Gestão do uso do solo e disfunções do crescimento urbano: instrumentos de planejamento e gestão urbana: Brasília e Rio de Janeiro. IPEA, 2001. v. 3; 254 p.

NETO, G. de A.; ZMITROWICZ, W. Infra-Estrutura Urbana. São Paulo: EPUSP. 1997. 36p. (Série Texto Técnico, TT/PCC/17).

OLIVEIRA, T. M. G. (2008). Marcas do processo de formação do espaço urbano de Brasília pela ótica da erradicação de favelas. Univ. Hum. Brasília: v. 5, n. ½, p. 49-76.

PAVIANI, Aldo; FERREIRA, Ignez Costa Barbosa; BARRETO, Frederico Flósculo Pinheiro (Orgs.). Brasília. Dimensões da violência urbana. Coleção Brasília, Brasília, Editora UnB, 2005

PAVIANI, Aldo. Expansão urbana de Brasília. In: *Brasília: a metrópole em crise: ensaios sobre urbanização*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1989. (p.47 – 50).

PAVIANI, Aldo. Geografia Urbana do Distrito Federal: evolução e tendências. Espaço & Geografia, Brasília, v. 10, n.1, p. 01-22, 2007.

PAVIANI, Aldo. Patrimônio urbano de Brasília: urbanização com desigualdade socioespacial. In: 9º seminário docomomo Brasil: interdisciplinaridade e experiências em documentação e preservação do patrimônio recente. Brasília, 2011

PAVIANI, Aldo. Terra urbana para especular. In: *Brasília: a metrópole em crise: ensaios sobre urbanização*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1989. (p.41 – 45).

RESENDE, M. L. S. Ceilândia em movimento. 1985. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília, Brasília.

RIBAS, Otto. Visões de Brasília: Patrimônio, preservação & desenvolvimento. Distrito Federal: Instituto de Arquitetos do Brasil, 2005. 117 p.

RIBEIRO, R. J. da C.; HOLANDA, F. de. A metrópole de Brasília na rede urbana brasileira e configuração interna. In: TENORIO, G. de S.; HOLANDA, F. De; RIBEIRO, R. J. da C. (orgs). Brasília: transformações na ordem urbana. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015. 346 p.

RIBEIRO, L. C. de Q. (2005). Segregação residencial e segmentação social: o “efeito vizinhança” na reprodução da pobreza nas metrópoles brasileiras. Cadernos Metrópole, São Paulo, n. 13, pp. 47-70.

SANTOS, L. D.; MARTINS, I.. A qualidade de vida urbana: o caso de Porto. FEP Working Papers, Porto, Portugal, nº116, maio. 2002.

SANTOS, Elizete de Oliveira. Segregação ou fragmentação socioespacial? Novos padrões de estruturação das metrópoles latino-americanas. Geotextos, Bahia, 2013. v. 9, n. 1, p. 41-70.

SANTOS, Milton. A Urbanização Brasileira. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008. 176 p.

SANTOS, Milton. Espaço do cidadão. São Paulo.7.ed. São Paulo: EdUSP, 2007. 176 p.

SANTOS, Milton. Pobreza Urbana. São Paulo.3.ed. São Paulo: EdUSP, 2009. 136 p.

ANEXOS

Modelo de questionário para os moradores da Cidade Estrutural e Chácara Santa Luzia responderem.

1. IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO (A)

1.1. NOME

1.2. IDADE

1.3. LOCALIZAÇÃO DA RESIDÊNCIA

1.4. ONDE NASCEU

1.5. ONDE MORAVA ANTES DA ESTRUTURAL

1.6. MOTIVO DA MUDANÇA

1.7. CIDADE ONDE TRABALHA/ESTUDA

2. MORADIA

2.1. TIPO DE RESIDÊNCIA (PRÓPRIA/ALUGADA/CEDIDA)

- SE FOR PRÓPRIA COMO OBTEVE (FINANCIAMENTO, PIVE, OCUPAÇÃO);

2.2. CARACTERÍSTICAS DA RESIDÊNCIA (ALVENARIA/MADEIRA/OUTROS);

3. INFRAESTRUTURA E EQUIPAGEM URBANA

3.1. QUAL O MEIO DE TRANSPORTE UTILIZADO PARA IR AO TRABALHO?

3.2. QUAIS OS PROBLEMAS URBANOS ENCONTRADOS NO SEU DIA A DIA NA CIDADE ESTRUTURAL?

3.3. QUAIS OS SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA QUE MAIS SENTE FALTA NA CIDADE (SAÚDE, ESCOGATAMENTO, ESCOLA, ENERGIA)?

3.4. QUAIS AS OPÇÕES DE LAZER QUE A CIDADE OFERECE?

3.5. VOCÊ PRECISA SE DESLOCAR PARA TER ACESSO ÀS OPÇÕES DE LAZER?

4. VISÃO SOBRE A CIDADE ESTRUTURAL

4.1. O QUE CONHECE DA HISTÓRIA DA CIDADE?

4.2. O QUE O LIXÃO SIGNIFICA PARA A CIDADE?

4.3. COMO ACHA QUE AS PESSOAS QUE NÃO VIVEM AQUI ENXERGAM A CIDADE?

4.4. CONHECE ALGUM CONFLITO (LUTA) QUE ACONTECEU NA ESTRUTURAL?

4.5. VOCÊ CONHECE A HISTÓRIA DA CHÁCARA SANTA LUZIA?

5. DIREITO A CIDADE

5.1. DE ALGUM MODO VOCÊ SE SENTE SEGREGADO?

5.2. O QUE O PLANO PILOTO REPRESENTA PRA VOCÊ?

5.3. VOCÊ SENTE VONTADE DE SE MUDAR? SE SIM, PARA ONDE E POR QUÊ?

5.4. CONHECE ALGUM PROGRAMA HABITACIONAL NA CIDADE DESENVOLVIDO PELO GOVERNO?